

A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)¹

Rafael de Oliveira Coelho dos Santos

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (UNESP-FCT)
e-mail: rafa_coelho7@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é expor a disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato assentado no Projeto de Assentamento Fazenda Primavera, em Andradina, Noroeste do estado de São Paulo, onde as famílias já são proprietárias da terra. O avanço do agronegócio tem demonstrado a permanência do conflito e da contradição nas relações sociais que modificam a configuração dos territórios e atualizam a Questão Agrária brasileira. As revoluções agrícolas, a monopolização das políticas públicas e dos fundos estatais, a dotação desigual de recursos e a perspectiva de crescimento como sinônimo de produtividade, atribuíram condição hegemônica ao agronegócio, excluindo grande parte do campesinato dos circuitos produtivos modernos com seus padrões tecnológicos, que estabelecem formas de resistência no território. Buscamos identificar como os fatores que interferem na disputa territorial, como a emancipação dos assentamentos e a insuficiência de políticas públicas, se articulam e se materializam em processos geográficos como a desterritorialização. A expansão da cana-de-açúcar e do eucalipto indica que a disputa é pelo acesso aos recursos fundamentais à atividade produtiva, como a terra e o território.

Palavras-chave: Disputa territorial; propriedade da terra; agronegócio; campesinato; reforma agrária.

Resumen

La expansión del agronegocio sobre los asentamientos de la reforma agraria: el caso de PA Fazenda Primavera (Andradina, SP)

El objetivo de este trabajo es exponer la disputa territorial entre la agroindustria y los campesinos asentados en el Proyecto de Asentamiento Fazenda Primavera, en Andradina, al Noroeste del estado de San Pablo, donde las familias ya son propietarias de la tierra. El avance de los agronegocios ha demostrado la permanencia del conflicto y de la contradicción en las relaciones sociales que modifican la configuración de los territorios y actualizan la cuestión agraria brasilera. Las revoluciones agrícolas, la monopolización de las políticas públicas y de los fondos estatales, el reparto desigual de los recursos y la perspectiva de crecimiento como sinónimo de productividad, han atribuido la condición hegemónica a los agronegocios, con exclusión de gran parte de los campesinos de los circuitos productivos modernos y sus padrones tecnológicos, que establecen formas de resistencia en el territorio. Buscamos identificar cómo los factores que interfieren en las disputas territoriales, como la emancipación de los asentamientos y el fracaso de las políticas públicas, se articulan y se materializan en los procesos geográficos como la desterritorialización. La expansión de la caña de azúcar y del eucaliptus indica que la

¹ Artigo elaborado a partir de resultados preliminares de pesquisa (em nível de mestrado) financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o título "Reforma Agrária em questão: propriedade privada, desterritorialização e resistência camponesa".

disputa es por el acceso a los recursos fundamentales de la actividad productiva, como la tierra y el territorio.

Palabras clave: Disputa territorial; propiedad de la tierra; agronegocios; campesinado; reforma agraria.

Abstract

The expansion of agribusiness on the settlements of agrarian reform: the case of the PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)

The aim of this article is to expose the territorial dispute between agribusiness and the peasantry seated in Assent Fazenda Primavera Project, in Andradina, northwest of the state of São Paulo, where the families own the land. The advance of agribusiness has demonstrated the persistence of conflict and contradiction in social relations which modify the configuration of territories and update the Brazilian Agrarian Question. The agricultural revolutions, the monopolization of public policy and state funds, the unequal allocation of resources and the prospect of growth as synonymous of productivity, attributed to agribusiness hegemonic condition, excluding a large part of peasantry of modern technological standards with their production circuits, which establish forms of resistance in the territory. We seek to identify how the factors that influence the territorial dispute, as the emancipation of the settlements and the lack of public policies, articulate and materialize in geographic processes such as desterritorialization. The expansion of sugar cane and eucalyptus indicates that the dispute is for access to the fundamental resources to productive activity, such as land and territory.

Keywords: Territorial dispute; land ownership; agribusiness; peasantry; agrarian reform.

Introdução

É cada vez mais nítido o interesse do Estado brasileiro em fortalecer o modelo de desenvolvimento representado pelo agronegócio. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), por si só, ganha mais importância que as bases que o sustentam, dando continuidade ao ciclo de crescimento “capitalisticamente postulado e definido”², atendendo a necessidade estrutural do sistema por expansão e acumulação e buscando, a todo custo, aumentar a produção de mercadorias agrícolas para garantir a apropriação da renda da terra no campo. Tal fato implica em prejuízos à existência de territórios de comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas e a diversidade de sujeitos do campo que tem na terra e na mão de obra familiar o eixo central de sustentação de suas atividades produtivas.

Esforços no sentido de liberalizar e flexibilizar os marcos institucionais, limitadores de algumas das ações pretendidas por empresas e corporações do agronegócio, indicam o objetivo discursivo de estabelecer a livre-concorrência em todos os espaços, a competitividade e, principalmente, o aumento da produtividade, independente das formas equivocadas de uso social dos recursos naturais. Identificamos parte destes esforços nas falas da presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Senadora Kátia Abreu (PMDB), pleiteando a emancipação dos assentamentos rurais, a ‘libertação dos assentados’ (TEIXEIRA, 2013). A aprovação do Novo Código Florestal, que demonstrou a hegemonia política da bancada ruralista, somado a frouxidão regulatória no acesso a terra por estrangeiros, também ilustram este cenário.

² Tipo de crescimento que pressupõe “a expansão ampliada do capital como a *precondição* elementar para satisfazer a necessidade e o uso humano” (MÉSZÁROS, 2007, p. 248, grifo do autor).

Com o pretexto de eliminar barreiras à maior competitividade internacional do setor agropecuário, que experimentou na década passada o aumento da demanda pelos produtos primários brasileiros, intensificaram-se as ofensivas do capital pelo controle das melhores terras, com boa fertilidade, baixa declividade e abundância de recursos hídricos. No estado de São Paulo, parte destas terras se encontra sob o domínio da agricultura camponesa nos assentamentos da reforma agrária.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apresentou, em 2012, uma nova metodologia³ de consolidação dos assentamentos rurais, com o objetivo de reduzir o tempo do processo e “ainda promover a sustentabilidade econômica dos assentamentos e dar ferramentas para os servidores que vão a campo”. Na perspectiva trabalhada neste texto, a aceleração deste processo acirrará a disputa pelo território entre agronegócio e camponesinato.

A conjuntura que expressa o fornecimento desigual de recursos e de políticas públicas a favor do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa/familiar, permite questionarmos a pertinência do título definitivo de propriedade às famílias beneficiárias da reforma agrária, pelo seguinte fato: o próprio Estado garante o poder desproporcional de grandes empresas nacionais e estrangeiras na disputa pelo território, pois “as políticas públicas reforçam a articulação orgânica entre os interesses das classes dominantes e as concepções e práticas do Estado e dos governos” (CARVALHO, 2013, p. 35). Para o autor, as agroestratégias do capital induzem ou potencializam as iniciativas de desterritorialização dos camponeses e outras populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, além de prejuízos ambientais, quando também avança sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP).

Neste trabalho trataremos da disputa pelo território no PA (Projeto de Assentamento) Fazenda Primavera, localizado a Noroeste do estado de São Paulo, uma área extensa que abrange terras nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Como único assentamento emancipado⁴ do estado, este território possibilita a análise de algumas questões acerca da titulação definitiva da terra na reforma agrária, como a carência de políticas públicas para fixação das famílias no campo. Os desdobramentos negativos envolvem principalmente a perda direta ou indireta do controle do território para a o agronegócio, representado pela agroindústria canavieira e de processamento de eucalipto.

Na primeira parte do texto, discutiremos a postura do Estado na priorização do agronegócio, sustentado por uma forte correlação de forças que combina interesses variados em torno das políticas públicas e dos fundos estatais. Falaremos sobre o tipo de crescimento atrelado a este modelo, tratando também da situação do agronegócio da cana no cenário nacional e de sua territorialização no estado de São Paulo, que é o estado que possui a maior extensão de terra com este cultivo.

Na segunda parte, discutiremos o caso do PA Fazenda Primavera. Para isso, trataremos rapidamente da história de luta e conquista da terra, por se diferenciar das lutas comumente organizadas e estabelecidas a partir das ocupações e por demonstrar como viviam as famílias antes da intervenção do Estado. Assim, apresentaremos uma reflexão a partir de dados e informações atualizadas colhidas em campo, que evidenciam a complexidade da questão agrária na região e os aspectos que configuram a disputa.

A hegemonia do agronegócio: revoluções agrícolas e política de Estado

Um dos grandes desafios para os geógrafos que adotam uma iniciativa crítica em seus estudos agrários é a análise do conjunto de determinações e relações complexas que caracterizam a expansão do capital no campo, compreenderem sua dinâmica territorial e

³ Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/11761-nova-metodologia-reduz-tempo-de-consolidacao-de-assentamentos>>. Acesso em: 20/07/2013.

⁴ O INCRA considera emancipado o assentamento onde mais da metade das famílias já receberam o título definitivo de propriedade.

proporem mudanças em direção a novos projetos de vida social. Para Kautsky (1968, p. 53), “deve-se pesquisar como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas”.

O agronegócio se consolidou no campo brasileiro com o discurso da modernidade e do progresso, da produtividade e da competitividade internacional, baseado no crescimento capitalista como solução para suprir a demanda por alimentos e desenvolver os territórios. Todavia, a realidade demonstra o protagonismo do conflito e da contradição na expansão do capital no campo, alterando a configuração dos territórios em um movimento simultâneo de construção, destruição e manutenção (OLIVEIRA, 2003), expresso no caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo.

A expansão deste modelo interfere na existência da diversidade de sujeitos e processos, mas simultaneamente, reforça a necessidade do estabelecimento de políticas mais amplas de justiça social como a reforma agrária, com soberania e segurança alimentar, uma vez que a priorização da demanda externa em prejuízo da necessidade interna soma-se a falta de autonomia por parte dos camponeses para decidirem o que e como produzir (THOMAZ JR, 2010).

A segurança alimentar das sociedades em várias partes do mundo esta ameaçada, assim como a soberania alimentar, visto que foi sendo imposto o mesmo pacote tecnológico para os vários continentes, um pacote que utiliza grandes extensões de terra nos países em desenvolvimento e trabalho precarizado, ameaçando o controle da agricultura pela diversidade de grupos camponeses por todo o mundo. Há um confronto entre diferentes modos de fazer agricultura: uma agricultura do agronegócio, hegemônica e homogênea em disputa com uma agricultura de base camponesa. (PEREIRA, 2012, p. 688).

Esta “agricultura do agronegócio” corresponde ao modo geral de operação do sistema do capital, na busca incessante de sua reprodução ampliada visando suprir sua necessidade estrutural por acumulação, procurando, neste caso, aumentar a todo custo a produção das mercadorias agrícolas garantindo a apropriação privada da renda da terra na agricultura (OLIVEIRA, 2007). Consolida-se no país com o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria (1960-1970), e de ambos com o setor externo, com ampla mediação financeira do setor público (DELGADO, 2003). Neste processo, usualmente conhecido como “revolução verde”, o campo é visto como mercado potencial para insumos e máquinas industriais, demandando a mudança da base técnica dos meios de produção utilizados na agricultura (DELGADO, 2003). Para Stédile (1997), o objetivo era estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e o vínculo da agroindústria com o latifúndio, uma das bases deste projeto nos governos militares.

Ampliando a escala de análise, Mazoyer e Roudart (2010, p. 28) consideram a “revolução verde” uma variante da “revolução agrícola contemporânea”, por a primeira ser “desprovida de motorização-mecanização”, ou “motomecanização”. Todavia, segundo os autores, a revolução agrícola contemporânea corresponde à segunda fase da mecanização agrícola, por isso, também denominada “segunda revolução agrícola”.

A primeira fase da mecanização, ou “primeira revolução agrícola”, compreende um período de pouco mais de trezentos anos, entre os séculos XVI e XIX. Baseou-se na substituição do sistema de alqueive⁵ por plantas “mondadas” (nabos), forrageiras e por pastagens artificiais (gramíneas e leguminosas), com o aumento simultâneo do rebanho, duplicando a produtividade agrícola nos países temperados e acompanhando em seu sucesso a primeira Revolução Industrial (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 419). “A primeira revolução agrícola foi, na verdade, um vasto movimento de desenvolvimento que favoreceu a duplicação da produção e da produtividade agrícolas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 380).

⁵ Sistema de rotação de curta duração envolvendo um pousio herbáceo, o alqueive, e o cultivo de cereais (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 254).

A segunda revolução agrícola, desenvolvida de modo mais acelerado, estabeleceu-se no decorrer do século XX. Favoreceu a especialização dos estabelecimentos, beneficiados pela motorização dos transportes, com a introdução de novos meios de produção capazes de tirar as regiões agrícolas do isolamento, como caminhões, estradas de ferro, barcos e aviões, originários da segunda revolução industrial. Sem a necessidade de autofornecer-se de bens de consumo variados, como adubos, e bens de produção essenciais, os estabelecimentos puderam abandonar “a multiprodução vegetal e animal para se dedicar quase que exclusivamente a algumas produções destinadas a venda, aquelas que lhes eram mais vantajosas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420). Intercalado com um conjunto de indústrias extrativas, mecânicas e químicas, a montante e a jusante da produção, constituiu-se vasto sistema agrário multirregional, contando também, com sistemas de formação e informação agrícola, por si mesmos especializados e hierarquizados (MAZOYER; ROUDART, 2010). Os agricultores dos países desenvolvidos beneficiaram-se de políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola e de preços muito mais elevados que os atuais no início deste período. Sobre as condições desta segunda revolução agrícola, Mazoyer e Roudart (2010, p. 420) explicam que:

[...] ela apoiou-se no desenvolvimento de novos meios de produção agrícola originários da segunda revolução industrial: a *motorização* (motores à explosão ou elétricos, tratores e engenhos automotivos cada vez mais potentes); a *grande mecanização* (máquinas cada vez mais complexas e eficientes); e a *quimificação* (adubos minerais e produtos de tratamento). Ela também apoiou-se na seleção de variedades de plantas e raças de animais domésticos ao mesmo tempo adaptados a esses novos meios de produção industriais e capazes de rentabilizá-los.

Menos de 10% dos grandes estabelecimentos conseguiram aproveitar todas estas inovações, superando todas as etapas. Mesmo assim, os ganhos de produtividade agrícola foram tão elevados que o resultado foi a forte queda dos preços agrícolas reais durante a segunda metade do século XX.

[...] os ganhos de produtividade realizados pelas propriedades em desenvolvimento levaram a uma tendência secular caracterizada pela redução dos preços agrícolas, em termos reais e, conseqüentemente, a uma diminuição da renda dos estabelecimentos que não podiam investir e progredir o suficiente. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 422).

Assim, após a Segunda Guerra Mundial, esta segunda revolução agrícola alcançou o conjunto de países desenvolvidos e alguns setores limitados dos países em desenvolvimento, favorecendo ínfima minoria dos estabelecimentos agrícolas que conseguiram ultrapassar todas as etapas deste desenvolvimento, que os autores consideraram desigual e contraditório. O resultado foi a eliminação, por empobrecimento, da maioria dos estabelecimentos (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 423).

Já a revolução verde, desprovida desta potência tecnológica verificada nos países centrais, desenvolveu-se mais amplamente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Baseou-se na seleção de variedades com elevado rendimento potencial (grandes culturas de exportação), na ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, posteriormente, na utilização de organismos geneticamente modificados (OGM). Em algumas regiões favorecidas, de forma eventual, alguns estabelecimentos agrícolas conseguiram organizar um eficaz controle da água para irrigação e drenagem, o que proporcionou ganhos de produtividade acentuados, como proposto pela revolução verde. Importante pontuar que a atuação do Estado foi fundamental no desenvolvimento desse modelo.

Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente e difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros

de empréstimo e de investimentos em infraestruturas e irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 28).

Verificamos que o fortalecimento das estruturas fomentadoras da produtividade e funcionalidade do crescimento capitalista no setor teve e tem o resguardo de volumosas subvenções financeiras por parte do poder público, como as de estímulo à adoção dos “pacotes tecnológicos” da revolução verde, aprofundando-se as relações de crédito na agricultura (DELGADO, 2003, p. 5). Os indicadores técnicos do período apontaram aumento da modernização, da produtividade e a diversificação produtiva. Por outro lado, instituída como um ciclo de inovações com o objetivo de intensificar a oferta de alimentos, as transformações na atividade produtiva oriundas deste processo resultaram em “êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo” (PEREIRA, 2012, p. 686).

Tornando os camponeses dependentes de empresas globais, fabricantes dos pacotes tecnológicos, abriu-se enorme mercado para bens que geram lucro aos proprietários dos meios de produção. Esta integração da agricultura com a indústria forneceu as bases para que os blocos de capital se movimentassem estrategicamente dominando a política agrícola do Estado, buscando a maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras (PEREIRA, 2006), associando-se com a grande propriedade fundiária com o objetivo de promover estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra (DELGADO, 2003).

Impulsionado em escala global por uma política agrícola e comercial estabelecida verticalmente com o objetivo de expandir, ou pelo menos manter constantes as margens produtivas do sistema em seu movimento de reestruturação produtiva (MÉSZÁROS, 2007), o setor agrário nacional e sua estratégia capitalista de modernização técnica do campo brasileiro sem Reforma – corroborada pela frouxidão das políticas fundiárias –, condiciona-se, a partir de meados da década de 1980, ao “ajustamento constrangido” da economia brasileira às restrições macroeconômicas do setor externo, da ordem econômica globalizada imposta pelas políticas neoliberais (DELGADO, 2003, p. 7). A estratégia para enfrentar a crise do endividamento externo, comum nos países que abriram suas economias ao capital estrangeiro, após o período de grande crescimento conhecido como “milagre brasileiro”, foi a participação expressiva do setor agrícola e das cadeias agroindustriais na geração de saldos comerciais, como a principal fonte de divisas para enviar renda líquida ao exterior (DELGADO, 2003, p. 7).

Esta incorporação massiva do setor agrícola na solução do endividamento externo somado aos processos de liberalização econômica e globalização financeira fez aumentar o domínio da agroindústria multinacional e da agroindústria exportadora (o agronegócio), acumulando riqueza nas mãos de um pequeno número de empresários com o capital necessário para investir no uso intensivo de tecnologia e maquinário. Para Pascual (2003) trata-se de uma “modernização capitalista excludente”, prolongando e/ou acentuando os processos de concentração da terra e dos recursos produtivos.

Propagandeada mundialmente como saída para o problema da fome e da desnutrição, a revolução verde foi mais eficiente na criação de corporações gigantes, como a Monsanto, consolidando um tipo de poder com potencial destrutivo em relação à natureza e a humanidade (MÉSZÁROS, 2007), dentre outros agravantes, pode ser verificado na disseminação dos agrotóxicos e das sementes transgênicas. Estabeleceram ampla variedade de “insumos industriais”⁶ como exigência para obter as melhores safras (BERNSTEIN, 2010), substituindo os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos (PEREIRA, 2012). Agregados às novas variedades de alta produtividade (VAP’s), as “variedades melhoradas”, possibilitam o objetivo comum a ser perseguido por todos os produtores: lavouras eficientes, produzir em quantidade!

⁶ Adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna etc.

O crescimento capitalista

A quantificação fetichista⁷, característica do crescimento capitalista, relaciona-se a todas as atividades produtivas sob o modo de operação do sistema do capital, e não poderia ser diferente no campo. As determinações da dinâmica territorial do capital no campo envolvem “o grave defeito estrutural da busca pela expansão ilimitada do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p. 245), e o crescimento é tido como um fim em si mesmo, independente das consequências destrutivas impostas à natureza e à humanidade.

Este *crescimento capitalisticamente postulado e definido*, a partir da quantificação fetichista, atua na ausência da determinação qualitativa geral fundada na necessidade humana significativa⁸, pressupondo “a expansão ampliada do capital como a *precondição* elementar para satisfazer a necessidade e o uso humano” (MÉSZÁROS, 2007, p. 248, grifo do autor). Deste modo, aceitando o diagnóstico malthusiano, muitos dos defensores do sistema reconhecem apenas as dificuldades emergidas do crescimento populacional, mas nenhuma das contradições da ordem reprodutiva do capital (MÉSZÁROS, 2007).

[...] uma parte do quadro mais amplo é o crescimento da produção de alimentos e da população mundial, principalmente desde a década de 1950. Ambos são aspectos do desenvolvimento do capitalismo e da economia mundial por ele criada. Outra parte do quadro é a imensa desigualdade global de renda e de segurança do sustento da família, de qualidade e expectativa de vida, bem como a produtividade. Embora se produza mais do que o suficiente para alimentar adequadamente toda a população do mundo, muitos passam fome durante boa parte ou quase todo o tempo. (BERNSTEIN, 2010, p. 6).

Se tomarmos a produtividade como elemento fundamental para as questões de bem-estar humano, para satisfazer as condições da vida humana (BERNSTEIN, 2010), não é bem esta que esta relacionada ao crescimento capitalista. Mézszáros (2007, p. 247) considera a definição de *produtividade como crescimento*, e *crescimento como produtividade*, um exemplo do uso de “tautologias autovantajosas e arbitrariamente pré-fabricadas” pelos ideólogos do sistema, perigosamente capazes de infectar tudo, neste caso com a falsa identidade categoricamente decretada de crescimento e produtividade.

É necessário substituir a ordem quantitativa, inerente às determinações estruturais do sistema do capital, por uma solução qualitativa, considerando a diversidade e a pluralidade dos sujeitos e dos processos, compatível com igualdade e justiça social. Para isso seria preciso alterar os sistemas hierárquicos de poder e de tomada de decisão, como os que compõem o modelo agrário hegemônico adotado no campo brasileiro.

O poder de classe atribuído às grandes corporações “agro-químico-alimentares” (THOMAZ JR, 2010) e aos ruralistas, representação política dos grandes proprietários (latifundiários) e empresários do setor, é sacudido pela disputa territorial, envolvendo as políticas estatais, liderada na outra ponta por movimentos, sindicatos e organizações diversas que questionando não só a estrutura agrária conservadora e a concentração fundiária, mas o próprio modelo de sociedade, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esta realidade evidencia que mesmo como uma forma de organização do poder político, como meio de institucionalização deste poder (VILLAS, 2004), o Estado capitalista admite diferentes funcionalidades no interior da luta de classes, nem sempre

⁷ “A grande inovação do sistema do capital é que ele pode operar – não dialeticamente – por meio da dominação esmagadora da *quantidade*: submetendo *tudo*, inclusive o trabalho humano vivo (inseparável das qualidades da necessidade e do uso humano), às *determinações quantitativas abstratas*, na forma de valor e de valor de troca. Assim, tudo se torna lucrativamente comensurável e administrável por um determinado período de tempo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 251).

⁸ As necessidades reais e historicamente desenvolvidas desde a sociedade como um todo quanto de seus indivíduos particulares (MÉSZÁROS, 2007, p. 252).

correspondendo aos interesses hegemônicos do capital. O contexto de constante luta política e busca pelo equilíbrio modifica a complexidade de tramas do tecido social, redesenha, rearranja os territórios. A *luta pela terra* e consequente implantação dos assentamentos da reforma agrária, confirmam esta possibilidade, que também se manifesta na *luta na terra*, com a resistência das famílias assentadas em manterem suas atividades produtivas.

Contudo, apesar dos avanços das duas últimas décadas, como o acesso e a “segurança” na terra para muitas famílias, com políticas públicas importantes para a reprodução da agricultura camponesa/familiar, conquistados pela luta política e pelo trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/INCRA), quando comparamos à expansão do agronegócio, o cenário é amplamente desfavorável. A política de Estado privilegia abertamente o modelo de crescimento adotado pelo agronegócio, com vultosas quantias disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dentre outros órgãos, influenciando diretamente na disputa territorial envolvendo territórios camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outras comunidades (MENDONÇA et al., 2012), tornando as relações de poder que envolvem a questão ainda mais assimétricas.

O agronegócio canavieiro

Segundo o Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, intitulado “A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial”, a crise internacional tem significado um fator importante de modificação em alguns movimentos da Questão Agrária, escancarando o alto índice de endividamento e inadimplência das usinas, que tomaram emprestado grandes quantias em dólares aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos⁹ cambiais. Os níveis de produtividade do agronegócio da cana sofreram os efeitos da crise na safra 2011/2012. Comparado ao padrão de expansão dos anos anteriores, algumas mudanças são notadas, como a diminuição dos investimentos na renovação dos canaviais, tratos culturais e adubação para manter os níveis de produtividade.

A busca por competitividade no mercado mundial faz com que a agroindústria da cana, assim como os demais setores do agronegócio brasileiro, assumam constantes dívidas financeiras para manter níveis aceitáveis de produtividade. (MENDONÇA et al., 2012, p. 40).

Segundo o relatório, para manter estes “níveis aceitáveis de produtividade”, o Estado brasileiro investe firme para “salvar” empresas e grandes produtores, perdoando dívidas e propondo até total isenção de impostos para produção de etanol. Mas eis o que consideramos o ponto mais importante: as modificações impostas pelo cenário de crise têm influenciado na busca incessante pelo **controle das terras**, pelas empresas do agronegócio, seja pela compra, pelo arrendamento e/ou parceria, e o monopólio do acesso à água, dentre outras formas de subordinação. O crescente endividamento incentiva a expansão territorial, expressa na contínua incorporação de novas áreas de monocultivo, “aparecendo como suposta solução para crise de remuneração do setor” (MENDONÇA et al., 2012, p. 24).

[...] em janeiro de 2012, o governo brasileiro liberou R\$4 bilhões somente para a renovação dos canaviais. Além da queda na produtividade, podemos observar a internacionalização monopolista do setor, o aumento da necessidade de créditos subsidiados, a expropriação de pequenos

⁹ [...] um derivativo é um contrato financeiro, cujo valor deriva de um ativo subjacente, preço de *commodities*, índice, taxa ou evento. [...] A característica própria desse conjunto de derivativos é negociar no presente o valor futuro de um ativo (MENDONÇA et al., 2012, p. 17).

produtores e indígenas e a consequente substituição de lavouras alimentares. (MENDONÇA et al., 2012, p. 4).

Esta substituição das lavouras alimentares tem ocorrido em vários territórios, passando para o controle de grandes empresas nacionais e estrangeiras, como as integrantes da agroindústria canavieira. São muitos os elementos que sustentaram a expansão do agronegócio no Brasil e o consolidaram como modelo de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro. O modelo concebe o crescimento em perspectiva limitada ao presente¹⁰ e seus objetivos imediatos, diferente da agricultura camponesa, mais próxima da sustentabilidade, valorizando o trabalho familiar e elevando-se acima da perspectiva de “curto prazo”.

A territorialização da cana-de-açúcar no extremo Oeste de São Paulo

Do mesmo modo que o assentamento rural, como parte da multiplicidade territorial do país, é um trunfo da luta pela terra, como afirma Fernandes (1994), o controle e exploração destas terras interessa ao capital, que também o reconhecerá como trunfo na medida em que estabeleça as condições necessárias para sujeitar a renda da terra ao seu propósito de expansão e acumulação. Para Thomaz Jr. (2010), a prioridade do capital está em expandir-se em áreas planas, aptas à mecanização, com bom nível de fertilidade e grande disponibilidade hídrica. O agronegócio procura territorializar-se nas melhores terras, pois assim poderá extrair a renda diferencial, que depende do aproveitamento das condições naturais privilegiadas de alguns terrenos, em relação aos demais (MARX, 1973). Segundo Thomaz Jr. (2010), estas condições podem ser realizadas no “Polígono do Agrohídronegócio”¹¹, abarcando o Oeste do estado de São Paulo, com desdobramentos no Assentamento Fazenda Primavera.

A titulação dos lotes ocupados pelas famílias nos assentamentos é elemento fundamental na reflexão desenvolvida a partir deste ponto, pois a busca pela liberalização dos mercados de terra, trabalho e crédito, realidade orientada e estimulada por organismos multilaterais como o Banco Mundial, pode tornar as famílias camponesas vulneráveis, pois o propósito é facilitar a transferibilidade da terra aos “produtores mais eficientes” para a “eficiência global da economia” (PEREIRA, 2006, p. 358). Este discurso único, emanado do centro do sistema, é analisado de maneira crítica por Pereira (2006). A emancipação dos assentamentos, neste contexto, significa o rompimento dos dispositivos legais que asseguram o domínio do Estado na regulação das relações de compra/venda e arrendamento (PEREIRA, 2006; PASCUAL, 2003), abrindo caminho para a expansão do capital também nestas áreas.

Nas últimas duas décadas, a territorialização do agronegócio da cana de açúcar é realidade na Microrregião de Andradina (ver prancha 1), tanto pelo arrendamento/parceria rural, quanto pela compra direta das terras. Na tabela 1 podemos comparar, entre 1995 e 2012, a consolidação da superioridade da cana-de-açúcar em relação a outras culturas temporárias - essenciais para alimentação humana - desenvolvidas no estado de São Paulo, em área e em quantidade produzida. Entre 1995 e 2006 a área plantada com cana aumentou em 54% no estado, e **129%** quando comparamos 1995 a 2012. A quantidade produzida em toneladas aumentou 65,3% entre 1995 e 2006, e **132%** entre 1995 e 2012.

Tabela 1 – São Paulo – Utilização das terras com lavouras temporárias entre 1995 e 2012

¹⁰ “O resultado dos perversos interesses que estão na raiz da relação do capital com o tempo é ser ele incapaz de uma *perspectiva de longo prazo* e de um senso de *urgência* mesmo na iminência de uma explosão”. (Mészáros, 2007, p. 116, grifos do autor).

¹¹ Compreende-se por extensa área que abrange o Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás (Thomaz Jr, 2010).

Lavouras temporárias	1995		2006		2012	
	Área (ha)	Quantidade (t)	Área (ha)	Quantidade (t)	Área (ha)	Quantidade (t)
Cana-de-açúcar	2.258.900	174.960.000	3.495.893	289.299.376	5.172.611	406.152.815
Feijão em grão	229.760	229.740	191.670	296.270	111.891	206.738
Arroz em casca	133.540	260.130	28.900	82.800	26.894	120.620
Milho em grão	1.243.300	4.175.280	1.049.400	4.378.380	838.729	4.478.820
Soja em grão	530.000	1.185.500	656.600	1.648.100	562.648	1.566.956
Mandioca	34.140	794.050	47.170	1.105.850	57.909	1.354.849

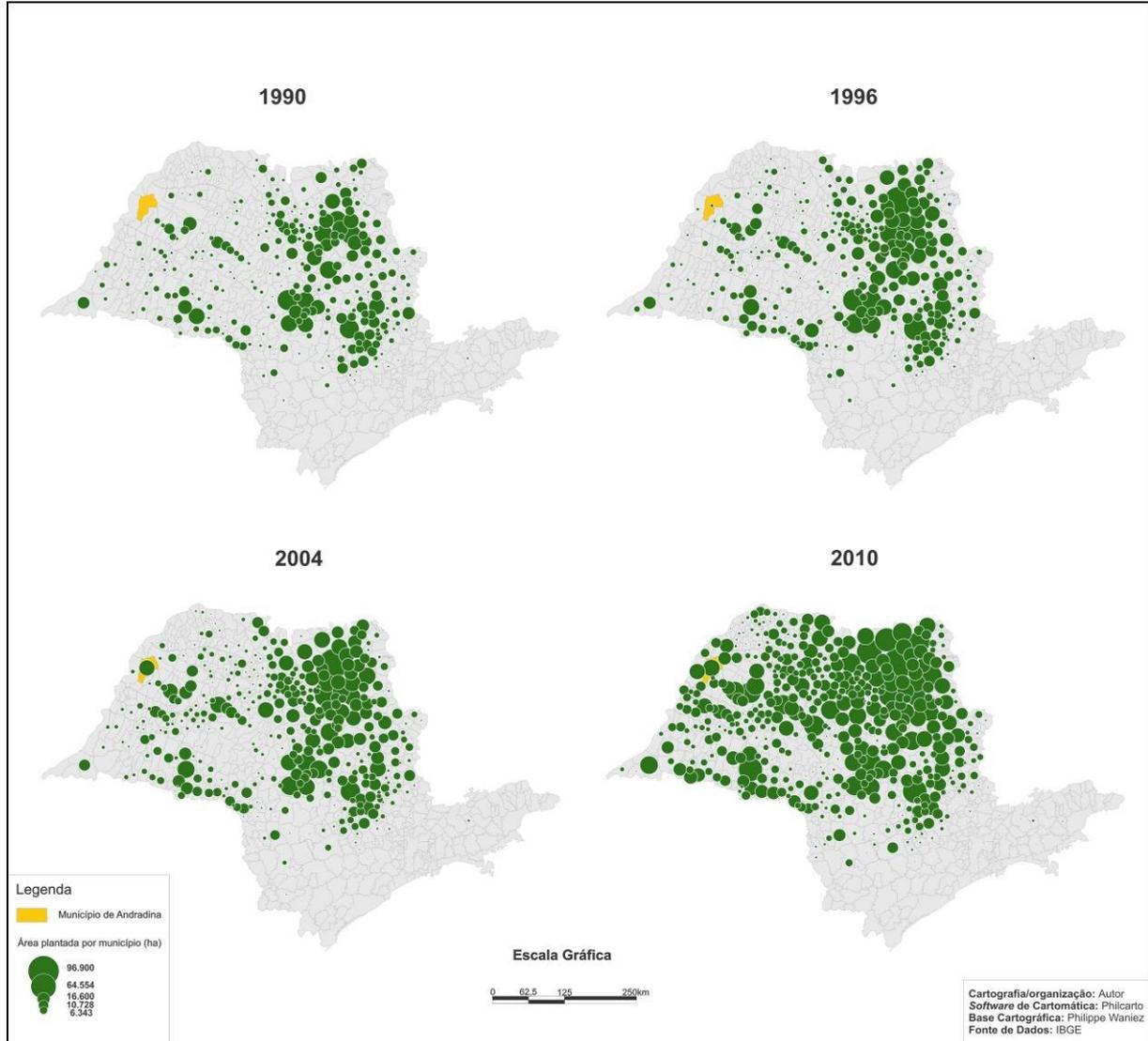
Fonte: Censos Agropecuários, IBGE (1995 / 2006); Pesquisa Agrícola Municipal (PAM, 2012).
Org.: SANTOS, R.O.C.

Ao analisar a prancha 1, verificamos que em 1990, os municípios do extremo Oeste do estado de São Paulo não contavam com presença massiva do cultivo da cana-de-açúcar. Situação oposta ao que observamos em 2010, com a territorialização da cana em praticamente todos os municípios, inclusive no Pontal do Paranapanema, que em função do protagonismo dos movimentos socioterritoriais, lutando pela territorialização das famílias sem terra nas terras devolutas e/ou improdutivas estaduais, tem histórico de resistência contra o agronegócio.

Demonstramos em amarelo o município de Andradina, verificando a situação em 1996, quando não havia área plantada com cana-de-açúcar e nem usinas agroprocessadoras estabelecidas. Já em 2010, há expressiva soma de hectares utilizados para esta atividade, cerca de 30.000 (IBGE, 2010), colocando Andradina entre os trinta maiores municípios produtores de cana no estado. Há no município a usina *Unidade Gasa da Cosan*¹², grupo de grande expressão no setor, em escala nacional e internacional, porém, ainda não avançou sobre o Assentamento Fazenda Primavera, especificamente. Na Região Administrativa de Araçatuba, onde se localiza Andradina, existem 28¹³ usinas agroprocessadoras estabelecidas. Contudo, observamos que é na Região Administrativa de Ribeirão Preto a maior concentração desta cultura em área plantada, mas com duas usinas a menos, 26 unidades.

¹² Disponível em: <<http://www.cosan.com.br/Cosan>>. Acesso em: 20/05/2013.

¹³ Disponível em: <http://www.energia.sp.gov.br/portal.php/mapas_biomassa>. Acesso em: 20/05/2013.

Prancha 1 – Territorialização Da Cana-De-Açucar No Estado De São Paulo – 1990/2010

Fonte: IBGE. Org./cartografia: SANTOS, R.O.C.

Oliveira (2003) destaca dois mecanismos desta expansão territorial do capital no campo, em seu desenvolvimento desigual e contraditório: i) a *territorialização do monopólio*: o controle é exercido por meio da apropriação direta das terras; o capitalista da indústria, proprietário da terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa; ii) a *monopolização do território*: o controle é exercido por meio de contratos de arrendamento (muito comum no caso da cana), de integração¹⁴, e pela sujeição da renda gerada por camponeses rendeiros¹⁵. Para o autor, “quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar” (OLIVEIRA, 2003, p. 42). Para Machado e Albuquerque (2013, p. 123), os agentes hegemônicos dominam os territórios pelas relações de poder, baseadas na técnica, na política e no capital financeiro.

¹⁴ Contrato de integração: o contrato de parceria para produção integrada, firmado entre o produtor integrado e a integradora que estabelece a finalidade, a participação econômica de cada parte na constituição da parceria e na partilha do objeto do contrato, as respectivas atribuições no processo produtivo, os compromissos financeiros, os deveres sociais, os requisitos sanitários, as responsabilidades ambientais, entre outras que regulem o relacionamento entre os sujeitos do contrato (BRASIL, 2011). “Integração da produção camponesa ao capital agroindustrial”. “Expediente do capital para controlar a sujeição da renda da terra e das famílias camponesas à sua lógica” (THOMAZ JR., 2009, p. 333).

¹⁵ Camponês que arrenda a terra de terceiros e a cultiva com o trabalho familiar.

Cubas (2012, p. 182) enxerga o estado de São Paulo “como multiterritorial, e por isso, no interior do sistema capitalista, um estado que reflete uma intensa disputa territorial em diversos âmbitos”. Entendemos que um deles, e talvez um dos mais complexos neste cenário, envolva a disputa entre o agronegócio canavieiro e a agricultura camponesa. É importante uma análise mais aprofundada, pelo fato de existir um conjunto de elementos que redefinem e reorganizam os meios pelos quais acontece a disputa. É parte destes elementos que trazemos para o debate neste trabalho.

Para aprimorar a relação teoria-realidade, apresentaremos a seguir uma reflexão sobre o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP), que expõe questões importantes de serem analisadas em função dos desdobramentos que podem envolver a titulação definitiva da terra na reforma agrária e a falta de políticas consistentes para fixação das famílias assentadas no campo. Esta reflexão integra os resultados parciais da pesquisa de mestrado identificada em rodapé na primeira página do texto, vinculada ao Núcleo de Estudos pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da UNESP de Presidente Prudente-SP, e ao CNPq. Consideramos que a pesquisa de campo assume aqui um caráter essencial na busca por compreender esta realidade, em consonância com a análise do referencial teórico utilizado.

O caso do P. A. Fazenda Primavera

O PA Fazenda Primavera é o único assentamento emancipado do estado de São Paulo. As famílias receberam o título definitivo de propriedade da terra, desvinculando-se da tutela do Estado, representado pelo INCRA. O projeto foi criado em julho de 1980, com 311 famílias, em uma área de 9.385 hectares (DATALUTA, 2013). A maior parte das famílias pioneiras migrou do Nordeste para região de Andradina, fugindo da seca e da intensificação dos conflitos fundiários a partir da década de 1940 (MARTINS, 1981), e parte migrou do estado de Minas Gerais.

De acordo com Monbeig (1984, p. 150), principalmente a partir de 1930, começou a cessar a imigração europeia para São Paulo, substituída por uma grande migração interna, que para o estado de São Paulo era constituída em sua maioria por nordestinos. “Encontrava-se em toda parte o ‘nortista’, habitante do nordeste. Mais precisamente, dizia-se ‘baiano’, porque a Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do norte do Paraná”. Mas também tinham os migrantes mineiros, que também demandavam São Paulo como possibilidade de melhorar as condições de vida.

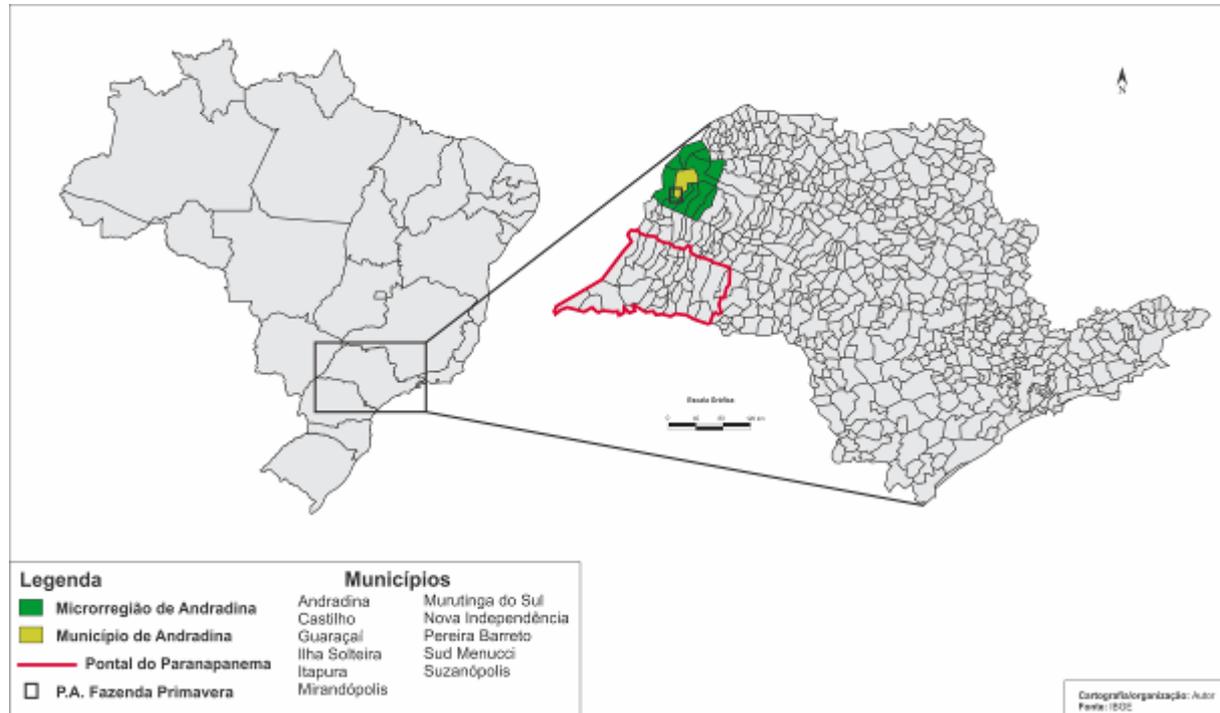
De modo geral, as regiões que mais padeceram da seca, tanto na Bahia, como em Minas, foram os principais focos do êxodo. Mas, não os únicos. Em Minas, a emigração para São Paulo se fez à custa da Zona da Mata, sua antiga região cafeeira; em Pernambuco e Alagoas, os centros de partida foram os municípios onde imperava a cultura da cana e onde era mais elevada a densidade da população. (MONBEIG, 1984, p. 151).

Os “baianos” eram principalmente trabalhadores assalariados que substituíram os colonos no trabalho pesado das fazendas, todavia, como destaca Monbeig, muitos “acabam por amealhar a soma bastante para adquirir, a crédito, um lote de terra ou assinar um contrato de meias” (MONBEIG, 1984, p. 152). Segundo o autor, não existe estatística para precisar tal evolução, mas explica que não era raro encontrar famílias nordestinas desenvolvendo suas próprias lavouras e criações, em diferentes condições e relações de trabalho. “[...] encontrei mais de um que, com a família, parecia estabelecido como agricultor”.

Muitas destas famílias chegaram ao estado na década de 1940, que é o caso da maioria das famílias pioneiras na Fazenda Primavera, provenientes de vários estados do Nordeste e regiões de Minas Gerais. Na figura 1, representamos as localizações da

Microrregião Geográfica de Andradina, do município de Andradina, do PA Fazenda Primavera e do Pontal do Paranapanema, referência na questão agrária paulista.

Figura 1 – Microrregião de Andradina, Andradina, Fazenda Primavera e Pontal do Paranapanema



Fonte: IBGE. Org: SANTOS, R.O.C.

Muitas delas chegaram à região de Andradina na época em que a mata ainda estava sendo derrubada para as plantações e criações, processo do qual participavam para poder se estabelecer, deslocando-se de tempos em tempos para iniciar nova derrubada. Contudo, essas condições eram melhores que as vividas anteriormente. Sobre o movimento migratório de muitas dessas famílias, Monbeig (1984, p. 151), faz as seguintes considerações:

Triste migração essas das famílias que seguiam, frequentemente a pé, do sertão até Juazeiro, à beira do rio São Francisco. Subiam o rio em vapores mal arranjados, numa interminável viagem até Pirapora, ponto terminal da rede ferroviária. Outros, que vinham do sul da Bahia ou de Minas Gerais, atingiam, igualmente a pé, a estrada de ferro em Montes Claros. Desta estação ou de Pirapora, inconfortável é a viagem de trem até São Paulo. Longe de ser desejável era o equipamento higiênico dos acampamentos onde se concentrava essa multidão miserável, seja nos portos do São Francisco, seja nas estações terminais. Assim, quando desembarcaram na hospedaria dos imigrantes de São Paulo, estavam os “bairanos” extenuados de fadiga, que se acrescentava a sua deficiente alimentação e incrível miséria.

Principalmente como posseiros e arrendatários, passaram a cultivar café, algodão, dentre outras lavouras para consumo próprio, pagando a renda da terra em produto ou em dinheiro ao sujeito que se apresentou como proprietário das terras, mesmo sem de fato possuir documentos ou escritura alguma (FERNANDES, 1985). Segundo os moradores, existia um forte aparato de intimidação organizado para controlar as famílias, com “administradores” e outros funcionários que se enquadravam melhor na figura de verdadeiros “capangas”, com participação em agressões, intimidações e assassinatos. Quanto à condição dos produtores em relação às terras antes da conquista do território, um

estudo com dados coletados pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em 1999, levantou a seguinte situação:

No Assentamento Primavera, todos os moradores têm sua origem no meio rural. Considerando a ocupação dos trabalhadores no momento anterior ao assentamento, entre as atividades exercidas na agricultura, encontram-se 50% como posseiros e 42% como arrendatários; pode-se ainda verificar a ocorrência, em menor escala, de proprietários rurais (6,3%), parceiros (1%) e assalariado temporário (0,5%). (ITESP, 2005, p. 149).

Muitas vezes eram obrigados a vender o excedente da produção a preços muito abaixo do praticado no comércio regular, ao passo que se endividavam em função de empréstimos e compra de mantimentos, gerando um ciclo de dependência e exploração comum em muitas regiões do país. As famílias demoravam a receber o pagamento, realizado por meio de cheques pré-datados que tinham metade de seu valor descontado por agiotas de Andradina, no desespero das famílias por receberem as quantias (FERNANDES, 1985). Com o tempo os conflitos se tornaram frequentes. Segundo relatos, chegou o momento em que as famílias deixaram de pagar a renda, em função do boato que corria de que não havia escritura legalizada da terra. O conflito se intensificou, e tomou proporções de alcance regional, estadual, com a situação conhecida até em escala nacional. Fernandes (1994, p. 80-81) sintetiza parte da relação de exploração imposta ao cotidiano das famílias:

O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha um "documento" e cobrava dos posseiros a renda da terra. O conflito com o Abdala se intensificou com as novas formas de exploração que implantava: alto percentual da renda da terra que era paga em produto e a compra no armazém da fazenda que fornecia diversas mercadorias e emprestava dinheiro. Os posseiros só podiam vender os seus produtos ao "proprietário" que roubava no momento da pesagem e fazia os pagamentos com cheques pré-datados de outra praça. Os cheques eram trocados com agiotas que descontavam 50% do valor real. Com relação a algumas culturas como por exemplo o algodão, o pagamento da parte dos posseiros era feito em espécies retiradas no armazém da fazenda. Estas estratégias produzem o endividamento dos posseiros, expropriando-os ou tornando-os completamente dependentes do fazendeiro.

A situação se agravou quando o filho do sujeito que se apresentava como proprietário, o empresário J.J. Abdalla, decidiu converter toda a fazenda em pastagem, em um contexto de busca por modernização e especialização da produção e de valorização contínua da atividade pecuária. Tal decisão custaria a expulsão das famílias, que decidiram ficar e lutar pela terra. Com o apoio inicial da Igreja Católica, sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), as famílias se fizeram notar em sua luta e a valer seus direitos, conquistando a terra por intermédio do Estado, fato que representou a primeira fase da territorialização camponesa na região de Andradina. A luta ficou conhecida como a luta dos "lavradores da Primavera".

Esta vitória incentivou a luta por novos grupos de famílias da região e do restante do estado, que se organizaram em movimentos e lutaram para se territorializar nas terras públicas (DE PAULA, 2010; FERNANDES, 1994), pois as improdutivas só puderam ser legalmente reivindicadas a partir de 1988, com a inserção da função social da terra no texto constitucional. Hoje a região conta com 37 projetos de assentamento. Com a criação do MST em 1984 e sua atuação nesta região, a luta ganhou novas dimensões.

A desapropriação da Fazenda Primavera aconteceu em 1980, beneficiando 311 famílias antigas, que já se encontravam produzindo no local há muitos anos. Todavia, outras 34 famílias que demandavam terra na região foram beneficiadas em 1984, em uma área da fazenda que foi anexada posteriormente ao projeto. Nosso levantamento nos órgãos competentes, somado à pesquisa de campo, demonstra que destas 345 famílias, cerca de 110 permanecem no assentamento. Todavia, este é um dado muito questionado pela

maioria das pessoas entrevistadas na pesquisa, que alegam que o número de famílias do período da conquista que permanecem na terra é bem menor. Segundo dados do ITESP, hoje existem 3.677, hectares correspondentes ao projeto inicial do assentamento, o que significa 39% da área inicial, onde vivem as famílias remanescentes do período da luta e conquista da terra e mais algumas famílias camponesas que se estabeleceram posteriormente por meio da comercialização de alguns lotes.

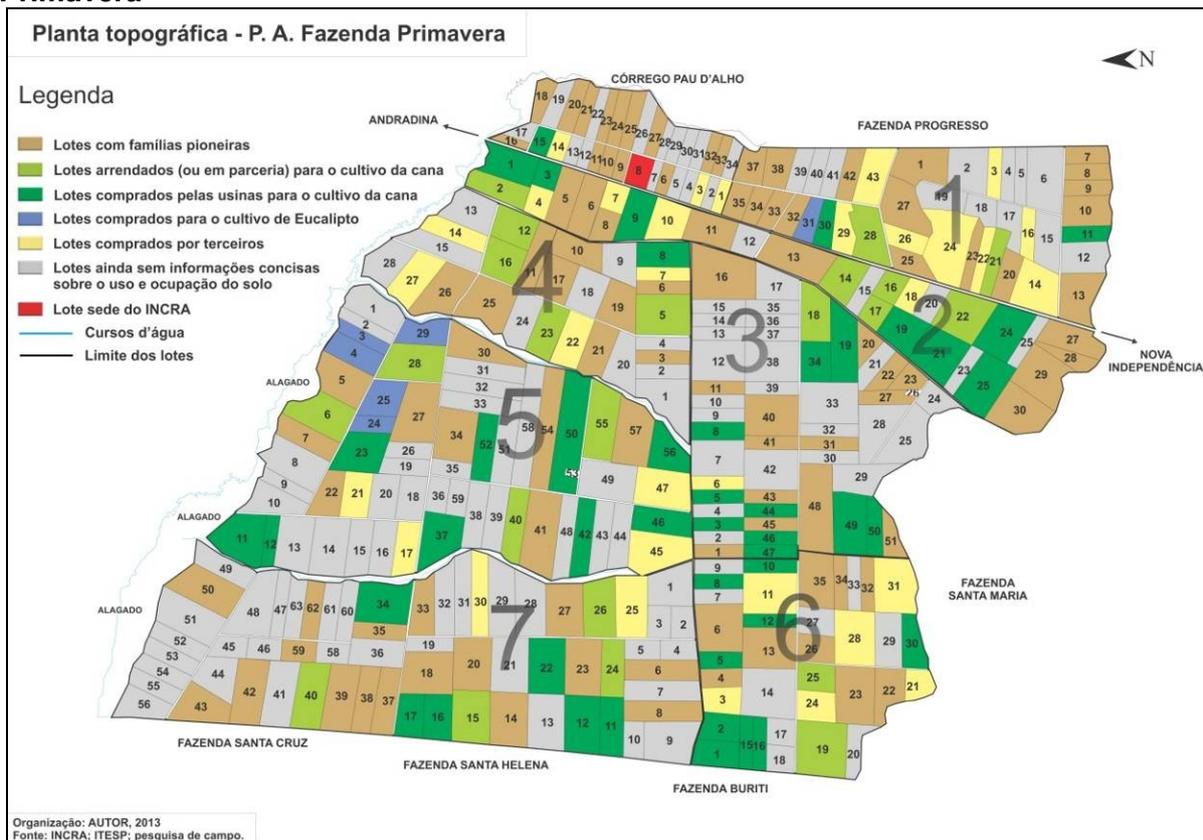
No trabalho de campo, foram entrevistadas 42 famílias, com a aplicação de questionários contendo questões abertas e fechadas, o que nos possibilitou chegar aos resultados aqui apresentados. Este número representa um recorte de 38% das famílias pioneiras, o que consideramos suficiente para construir um quadro da situação atual do assentamento. Analisamos questões como estrutura familiar, uso e ocupação do solo, infraestrutura disponível, políticas públicas, formas de organização da produção (associações/cooperativas/sindicatos) e o grau de envolvimento das famílias com o agronegócio. Foi fundamental para verificarmos, dentre outros aspectos, as formas de resistência adotadas por elas, constituindo distintas territorialidades.

Utilização das terras e configuração atual do território disputado

Reunimos um conjunto de dados e informações que contribuem para entender parte da configuração territorial da área na atualidade (ver Figura 2). Estabelecemos cores para diferenciar as formas de uso e ocupação do solo. Todavia, não é possível especificar exatamente com quais atividades se ocupam todas as famílias somente pelo trabalho de campo, em função da ampla extensão do território e da ausência dos moradores em muitas ocasiões. Por este motivo, muitos lotes ficaram sem uma definição precisa em relação às suas formas de utilização da terra.

Os lotes representados na cor marrom referem-se às famílias pioneiras e equivalem a 30% dos lotes. Os amarelos, que são cerca de 9%, estão ocupados por proprietários que adquiriram lotes por meio da comercialização com famílias pioneiras ou já com terceiros, destinando a terra a chácaras de lazer, a algum tipo de atividade agropecuária ou simples local de segunda residência. Os representados pelo verde claro estão arrendados para o cultivo da cana destinada às usinas, e são 7% do total. É comum que estejam arrendados em sua totalidade, todavia, existem as famílias que arrendam parte da terra como forma de complementar a renda e saldar dívidas, como iremos explicar mais a frente. Os lotes comprados pelas usinas estão em verde escuro, e equivalem a 13% do total. Os lotes destinados ao cultivo do eucalipto representam 2%, e estão na cor azul. Por fim, os que estão em cinza representam os lotes onde não possuímos informações precisas das formas de exploração do solo, o que complementaremos com o mapa de uso e ocupação do solo deste território, produzido por meio do geoprocessamento, que integrará os resultados finais desta pesquisa. Estes últimos equivalem a 40% do total.

Figura 2 – Planta topográfica representando a disputa territorial no P. A. Fazenda Primavera



Fonte: INCRA/ITESP/pesquisa de campo. Org: SANTOS, R.O.C.

A análise das informações contidas nos questionários revela que os principais cultivos desenvolvidos pelas famílias entrevistadas são: i) pastagem; ii) milho (para consumo, comercialização e para alimentar os animais/silagem); iii) mandioca; iv) feijão. Algumas famílias também cultivam hortaliças e leguminosas, principalmente para o auto-consumo e comercialização em feiras locais. Outras mantêm um pequeno pomar na propriedade, também para consumo próprio. Na montagem de fotografias exposta como figura 3, podemos identificar as formas de exploração da terra que figuram como atividades predominantes das famílias pioneiras entrevistadas. Ainda é possível observar o eucalipto plantado em grande quantidade ao fundo na fotografia com o cultivo do milho, diferente do que aparece ao fundo da imagem com pastagem, plantado apenas para diminuir o impacto do vento, prática muito comum entre os agricultores.

Figura 3 – Montagem de fotografias: diferentes lotes com pastagem, milho, mandioca e feijão



Fotografia/Org: SANTOS, R.O.C.

A produção do leite é a principal atividade desenvolvida pelas famílias entrevistadas, com 90,5% do total, em função da garantia do retorno financeiro, segundo as pessoas entrevistadas. Alguns lotes contam com tanques de refrigeração disponibilizados por cooperativas especializadas e utilizados em conjunto pelas famílias associadas. Caminhões especializados fazem a coleta do leite em periodicidade regular, garantindo o escoamento da produção camponesa. De acordo com o ITESP, em 1999 as pastagens já ocupavam lugar de destaque na utilização das terras camponesas.

Na região Noroeste do Estado de São Paulo, como o Pontal do Paranapanema, predomina a pecuária de corte e a atuação das famílias do assentamento Primavera destaca-se também nesta atividade, em que as pastagens ocupam 52,57% da área agricultável; entretanto, por se tratar de pequenas propriedades, a extração do leite se torna muito mais rentável utilizando mão-de-obra familiar do que a produção de carne. No restante da área, cerca de 10% estão destinadas a cultivos anuais, que tanto podem ser para o autoconsumo familiar como para a alimentação animal (ITESP, 2005, p. 149).

Os bezerros são comercializados em momentos estratégicos, como forma de complementar a renda e saldar eventuais dívidas. Também criam outros animais como galinhas e porcos, com 80% e 46% das famílias, respectivamente. Das que criam galinhas, apenas 49% possuem galinheiros, o que demonstra o caráter de subsistência desta atividade, pois mais da metade criam soltas “no terreiro”. Das que criam porcos, apenas 12% tem um número considerável (acima de cinco animais), ou seja, também comercializam os suínos. Ainda é possível encontrar em alguns lotes pequena criação de carneiros. Outra

criação encontrada foi a de peixes, por meio de tanques e maquinário especializado. Na figura 4 podemos identificar, na sequência, as criações de porcos, carneiros, peixes e bezerros, em quatro propriedades diferentes, por meio de fotografias tiradas em trabalho de campo.

Figura 4 – Montagem de fotografias: diferentes lotes demonstrando as criações de porcos, carneiros, peixes e bezerros



Fotografia/Org: SANTOS, R.O.C.

No PA Fazenda Primavera, a cana-de-açúcar tem substituído lavouras alimentares e áreas de pastagem. Junto ao eucalipto, são os cultivos desenvolvidos nos lotes controlados pelo agronegócio, porém, o eucalipto com menor expressão. A presença de uma empresa que fabrica embalagens de papelão ao lado do Fazenda Primavera, a Citroplast¹⁶, explica a demanda pelo eucalipto cultivado em alguns lotes do assentamento, que adquire a matéria-prima também por intermédio de produtores independentes que arrendam terras do assentamento para o fornecimento à unidade industrial, segundo informações dos moradores que “conhecem o pessoal”. O produto final são caixas e chapas de papelão, que passam por um sistema que encadeia três fases de fabricação: i) papel reciclado; ii) papelão ondulado; iii) fabricação de caixas, que transforma as chapas de papelão ondulado nas caixas de papelão, muito demandadas por frigoríficos em diversas localidades no estado, participando também da cadeia do agronegócio da pecuária de corte.

A Usina da Pedra (Ipê), de Nova Independência, e a Usina Viralcool, estabelecida em Castilho, são as empresas que arrendam e/ou compram terras para o cultivo da cana na região. Nas fotografias abaixo (figura 5) podemos observar extensas áreas plantadas com cana, como também um lote onde a família arrenda a terra para o cultivo do eucalipto. Em uma das imagens podemos identificar o trabalho de coleta das toras de madeira, prontas

¹⁶ Disponível em: <<http://www.citroplast.com.br/Default.htm>>. Acesso em: 04/07/2013.

para o processamento agroindustrial, e logo abaixo as máquinas trabalhando na colheita da última safra da cana-de-açúcar.

Figura 5 – Montagem de fotografias: lotes plantados com cana-de-açúcar, com eucalipto e máquinas trabalhando no transporte das toras de eucalipto e na colheita da cana-de-açúcar



Fotografia/Org: SANTOS, R.O.C.

Segundo moradores, a Usina da Pedra (Ipê) só faz contratos de arrendamento (parceria rural), enquanto a Viralcool se expande tanto pela compra direta como pelo arrendamento. Quanto ao arrendamento, existem os contratos que as famílias recebem uma quantia pela parcela da terra alugada, que pode ser apenas parte da propriedade, e os

contratos de “parceria rural”¹⁷, nos quais os “parceiros outorgantes”, ou seja, os donos da terra têm direito a 21% da cana produzida pela usina na propriedade, que deverá ser vendida somente para a parte outorgada, neste caso a própria usina¹⁸. Este último envolve normalmente toda a propriedade.

Na figura 6, observamos casas em vias de serem derrubadas para o espaço ser totalmente ocupado pela cana, como acontece costumeiramente. Na foto maior, verificamos que a cana já esta plenamente estabelecida, bem desenvolvida no entorno da antiga residência. Em muitas ocasiões, identificamos somente as marcas no chão da infraestrutura/benfeitorias de algumas casas derrubadas pelas usinas. Aconteceu o mesmo com alguns lotes plantados com eucalipto. Alguns ainda contam até com os poços artesanais.

Figura 6 – Montagem de fotografias: residências em vias de serem derrubadas para ceder à área total à cana-de-açúcar



Fotografia: SANTOS, R. O. C; FERNANDES, B. M. Org: SANTOS, R. O. C.

As características do problema que envolve a expansão da cana: a perspectiva dos moradores

Segundo nosso levantamento, os principais problemas relacionados à territorialização do agronegócio canavieiro na região são: i) desterritorialização das famílias camponesas, com crescente concentração das terras controladas pelas usinas

¹⁷ Neste contrato, é corriqueiro que toda a área agricultável da propriedade seja utilizada pela usina, salvo algumas exceções onde as famílias ficam com uma pequena parte para “tocar uma roçinha”.

¹⁸ Estas informações foram levantadas por meio da análise de um contrato firmado entre a usina Ipê e uma das famílias.

agroprocessadoras, seja pelo arrendamento/parceria rural ou compra direta; ii) aplicação aérea de agrotóxicos, com implicações negativas na saúde das pessoas, dos animais e deterioração da cobertura vegetal atingida; iii) deterioração das estradas do assentamento em função da movimentação de caminhões e máquinas pesadas; iv) desgaste excessivo do solo após algumas safras, segundo alguns assentados. O problema do agrotóxico é exposto por várias pessoas no assentamento, como verificamos na fala de uma delas:

O avião passa jogando veneno, conforme o vento contrário vem tudo na propriedade né, e tem crianças que não suporta, é atacada por causa disso. Então, eu ainda a cana não ta perto, mas os vizinhos que já sente o cheiro do veneno é muito forte né, porque, avião né, avião passa e joga veneno...e conforme ele joga, o veneno cai no pedaço do seu pasto, ali mata tudinho também [...] (ENTREVISTA COM ASSENTADA¹⁹, JULHO DE 2013).

Para outros moradores, os funcionários responsáveis pela pulverização aérea tem que ter habilidade para não causar danos imediatos mais graves, pois muitas plantações são entremeadas por lotes camponeses, o que aumenta as chances de contaminação pelo veneno, principalmente em crianças. Segundo uma das agentes de saúde que atende no PA Fazenda Primavera, também residente no local, os problemas de saúde mais comuns no assentamento são casos de hipertensão, alguns casos de câncer (sem relação com a pulverização em análise preliminar), dentre outras complicações. Explica que a exposição ao agrotóxico pode afetar a saúde das pessoas em longo prazo, acumular no organismo e levar a complicações futuras. “A questão é que ta agravando os problemas de saúde, das famílias, porque queira ou não sempre espalha, né?” (Agente de saúde do assentamento).

Sobre o arrendamento, as famílias comentam que a melhoria da renda proveniente deste contrato com as usinas é o fator principal na tomada de decisão sobre iniciar este tipo de atividade, envolvendo também questões como a idade avançada de muitos agricultores, a falta de políticas públicas consistentes de apoio à produção, como também a necessidade de saldar dívidas resultantes da contratação de crédito privado, por exemplo. Segundo uma das moradoras,

[...] muitas pessoas já falam em arrendar e ir embora, para com a produção de leite e de roça porque não tem incentivo do governo, pequeno produtor ta sofrendo muito hoje, todo mundo precisa comer e beber, né? de onde vai tira? Não tem onde tirar mais, e onde eles vão procurar serviço na usina, e lá eles permanece [...].

Outro morador, migrante do município de Caitité (BA), comenta que a questão é financeira mesmo, “as outras coisas não estão dando renda do tamanho da cana, não tão superando a cana”. Ainda explica que o desgaste do solo, em função do cultivo seguido da cana, faz com que muitas vezes se torne inviável (alto custo) sua recuperação por parte das famílias ao final do contrato, situação que pode se encaminhar para uma oferta de compra da terra pela usina.

É importante dizer que o arrendamento de parte do lote para este cultivo também é uma forma de resistência de algumas famílias, que endividadas com instituições privadas provedoras de crédito rural, dentre outras instituições, realizam contratos temporários com as usinas com o objetivo de saldar os débitos e permanecerem na terra. A garantia da renda no período de vigência do contrato recria as possibilidades de manter as atividades produtivas. Assim, ao mesmo tempo em que a renda da terra serve à reprodução ampliada do capital, representado aqui pelas usinas, o campesinato recria suas possibilidades de continuar existindo. Oliveira (2007) explica que o capital também se reproduz por meio da subordinação de relações não capitalistas de produção, expresso neste caso pela prática do arrendamento de uma parcela da terra. Em um dos casos, no qual a família passou por

¹⁹ Os nomes foram omitidos por solicitação de algumas pessoas entrevistadas, e optamos por adotar o critério para o restante.

períodos difíceis em função das dívidas, optando pela parceria com a usina com o objetivo de saldá-las, a perspectiva é a seguinte:

Nós trabalhamos muito assim, na lavoura e no leite. Mas aí, as lavouras deu pra trás pra nós porque não tinha preço, a gente colhia bem, chegava na hora de vender não tinha preço pra saldar as dívidas, e aí as dívidas foram só aumentando [...] Nós fizemos um contrato com a usina Viralcool, eles vêm, colhem e já levam pra lá. Eles plantaram e agora eles colhem e levam para usina. São oito alqueires, porque nós juntamos duas propriedades, a que era da minha mãe que ela passou para os netos, então nós fizemos um lote só de cana. [...] Vai ter cana cinco anos, a gente não pode mexer. Corta, ele brota de novo e a gente vai permanecer com ela aí. Como nossa área é pequena, eu creio que ela vai permanecer na mesma área. Assim que corta já faz a adubação. A gente pretende continuar com a cana se não houver uma ajuda por parte das entidades do governo, porque se tiver a gente vai parar com a cana. (ENTREVISTA COM ASSENTADO, NOVEMBRO DE 2012).

Quando questionados se havia a possibilidade de vender a terra, disseram: “A gente já deixava claro pra todos que a gente não tem intenção nenhuma de vender. Já chegamos a vender tudo que tinha em cima dela, mas a terra, não!”. Como vimos na Figura 2, muitas famílias que deixaram a área, venderam a terra para terceiros. Segundo o levantamento, alguns lotes já passaram nas mãos de vários donos. Em reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” (Estadão) sobre o Assentamento Fazenda Primavera, analisando a questão da titulação definitiva da terra na reforma agrária, verifica-se que nos últimos dez anos houve uma valorização de 525% do alqueire de terra, com um crescente aquecimento do mercado de terras na região.

O território da Fazenda Primavera antecede o núcleo urbano de Andradina e é cortado pela principal rodovia que dá acesso a ele e outras cidades da região, fazendo com que aumentem também as pressões de terceiros interessados em formar chácaras de lazer, como segunda residência, e das usinas, em função da funcionalidade logística. “Em decorrência dessa pressão, o preço da terra não para de subir. Em dez anos, o valor do alqueire (24,2 mil m²) saltou de R\$ 8 mil para R\$ 50 mil” (ARRUDA; TOMAZELA, 2014). Algumas das famílias que compraram, destinaram os lotes a atividades de lazer, como já dissemos, todavia, outros lotes foram repassados a famílias camponesas que mantêm suas atividades produtivas tradicionais.

Os problemas enfrentados pelos assentados na Fazenda Primavera provocaram a transferência de muitos lotes para outras pessoas. Atualmente, existem na área muitos produtores rurais que detêm um ou mais lotes, adquiridos por terceiros. Outros lotes foram adquiridos por profissionais liberais e comerciantes residentes nas cidades da região e que utilizam os lotes como segunda residência (HESPANHOL; COSTA; ESPÍRITO SANTO, 2003, P. 111).

Em muitos casos, as famílias pioneiras perderam parte da terra para saldar dívida com bancos, já que se tratando de um assentamento emancipado pelo INCRA, o título de propriedade permite colocarem a propriedade como garantia de pagamento, que somado à falta de orientação especializada, se traduz em implicações negativas para permanência das famílias. As instituições financeiras credoras também realizam leilões quando as famílias não tem outra saída senão entregar a terra. Não foi raro encontrar famílias que expressavam sua inconformidade em relação ao modo como ocorreu a desterritorialização de muitas famílias.

Olha, o problema econômico, ele começou desde 1983 na entrega do lote. Por quê? O INCRA, ele deu uma carta de crédito, mas não orientou, deu o crédito lá no Banco do Brasil e todo mundo entrou [...] Aqueles que

aplicaram na lavoura, não tinham orientação, acabava às vezes perdendo, porque não sabia como vender, não sabia como produzir a terra [...] Não tinha um acompanhamento do INCRA, não teve, a Primavera não teve. Em 84, 85, já começou a leiloar os lotes pelo Banco do Brasil, e chegou o momento que o próprio INCRA ajudava a vender os lotes. Nós tivemos muitas famílias que foi leiloado. (ENTREVISTA COM ASSENTADA, NOVEMBRO DE 2012).

A fala de outro assentado do Assentamento Fazenda Primavera demonstra também a complexidade da questão envolvendo os bancos:

Nóis chegou a ter dezoito alqueire e meio né, aí desses dezoito alqueire e meio fiquemo com cinco e meio porque teve que ir vendendo uns pedaço e ir pagando o banco né...pegava um crédito rural, um financiamento né, planta roça, e não podia pagar e aí o banco ia pressionando e a gente tinha que vende...não tinha jeito, pra nós não fica sem nada teve que ir vendendo, enquanto muitos vendeu tudo, com medo, pra podê né..aí se vê, a maioria não ta aqui por causa disso, porque foi pressionado pelos banco...os ricos chegava aqui, e o povo com medo tinha que vende né...teve nego que vendeu a terra aqui de graça pra pode paga conta. (ENTREVISTA COM ASSENTADO, JULHO DE 2013).

A dificuldade em obter renda satisfatória tem colocado a cultura da cana como opção temporária para muitas das famílias que arrendam ou fazem parceria, e uma opção praticamente definitiva para outras que recebem o recurso do arrendamento na cidade. O preço dos produtos agrícolas (alimentícios) praticado no mercado regular dificulta a manutenção das atividades produtivas de pequena escala, que conjugado à falta de políticas de apoio do poder público, tem levado a situações como a perda gradual do controle das terras para o agronegócio, expresso no avanço das usinas agroprocessadoras. Em outro trecho da entrevista com a agente de saúde, verificamos o caráter conflitante de seu ponto de vista em relação à realidade do Assentamento Fazenda Primavera, sem perspectiva de estabilidade para algumas famílias somente com as atividades camponesas, o que faz com que aceite a “forma de trabalho” oferecida pelo agronegócio.

Eu não sou contra usineiro, tanto é que eu fico feliz quando eu vejo eles trabalhando, quando eles encostam o trator e vem trabalhando, isso pra mim é uma forma de trabalho, porque, quando o pequeno não tem como se virar, é atrás deles que eles vão atrás de emprego. Muitos saiu dos sitio que tocava leite, mexia com o próprio negócio, o governo já não ajuda mais, você vai vendê feijão, as coisa, produto que você tira da terra não tem valor. Então muitos abandonaram e foram trabalhar na usina, de motorista, de tratorista. Eu não tenho nada contra usineiro, só que da dó, né? que aqui não deveria ter a cana porque aqui o pessoal vive do leite, da terra e da roça, então eles abandonam porque a oferta melhor vem da usina né, ela paga melhor, ela investe melhor. (ENTREVISTA COM ASSENTADA E AGENTE DE SAÚDE DO ASSENTAMENTO, JULHO DE 2013).

Levantamos que no momento em que a usina faz a proposta pelo arrendamento da terra, oferece emprego com carteira registrada na empresa, com salário fixo para vagas de tratorista, motorista em geral etc. “A usina já arrenda o sítio da gente e já de cara já dá um serviço pro dono do sítio, pra trabalha, da um salário pra ele trabalhar para própria usina, quase sempre tratorista, motorsita, sempre tem serviço”, afirma um dos assentados. Em situação difícil no momento, noutro ponto da entrevista ele comenta: “ta sendo a salvação do pessoal daqui”. Quando questionado se pensa em vender para usina, afirmou: “eu acho que é quase certeza isso aí, futuramente, porque a gente não tem como fazê outras coisas”. Outro assentado coloca junto à questão da renda a idade avançada de muitos chefes de família e a dificuldade em estimular os mais jovens a continuarem as atividades dos pais. Quando indagado sobre as causas desse avanço das usinas, expõe o seguinte:

Por causa da idade, os filho vai tudo arruma serviço pra trabalhar nas usinas, outros vão pra cidade, fica só o casalsinho de véio...a maioria aqui arrenda por necessidade memo da renda que é melhor, eles não tem condições de trabalhar mais pela idade, você vai anda ai você vai o que tem ai, é tudo setenta anos pra lá...e os filhos não qué segui o que os pais faiz, eu não tiro a razão deles não, se eu fosse novo eu não queria [...] (ENTREVISTA COM ASSENTADO, JULHO DE 2013).

Segundo Martins (1981), nas regiões Sul e Sudeste do país, o processo de expropriação camponesa é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A tendência é tornar-se assalariado na cidade. Já no Norte e Centro-Oeste, a expulsão dos camponeses e de suas famílias é mais direta, são lançados para fora da terra por meios geralmente violentos. Podemos então traçar um paralelo com o que acontece com os mais jovens no Assentamento Fazenda Primavera, com a falta de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai.

A entrega dos títulos de propriedade logo após a obtenção definitiva da terra pelo INCRA foi um procedimento equivocado para alguns agricultores, pois previram dificuldades sem a presença do Estado no desenvolvimento do território, diferente da situação vivida pelo agronegócio, predominante nas concepções e práticas do Estado e dos governos. As famílias não estão inscritas nem no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal, que compra uma cota anual de R\$ 4.500,00 em produtos das lavouras alimentares desenvolvidas pelas famílias camponesas que integram o programa, para destinação à entidades assistenciais de atuação variada. Um dos chefes de família entrevistados comenta o seguinte:

A política agrícola aqui não foi boa pra nós né, porque preço não existia, boa produção mais não tinha preço. E se a gente quisesse um lugar que entregasse a lavoura que a gente colhesse aqui na época aqui, então o pessoal desenvolvia né, a vida de todo mundo melhorava. Mas nós tinha que entregar para os atravessadores e eles pagavam o preço que eles queriam. (ENTREVISTA COM ASSENTADO, NOVEMBRO DE 2012).

A contar de 1981, as famílias da Primavera foram beneficiadas por duas políticas públicas de crédito rural. Em 1990 receberam uma carta de crédito que equivaleria hoje a R\$ 7.500,00, recurso para ser utilizado em caráter de investimento. Na maioria dos casos, o recurso foi utilizado para melhorar a infraestrutura do lote, para aquisição de cabeças de gado e para adquirir itens e insumos diversificados, necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas. Ainda na década de 1990, por intermédio do ITESP, receberam mais um recurso de cerca de R\$ 2.000,00, em caráter de custeio, ou seja, para ser utilizado com material de consumo, diretamente no plantio ou com a manutenção das criações animais.

O primeiro recurso foi disponibilizado no âmbito do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), lembrado pelas famílias como “procerão”, também em função do valor superior ao segundo. Neste sentido, o segundo ficou conhecido como “procerinha”. Na segunda metade da década de 1990, o PROCERA foi substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com linhas específicas de crédito de acordo com a renda anual dos assentados e agricultores em geral.

Segundo os relatos, algumas famílias souberam utilizar melhor os recursos. As que souberam, também utilizaram por vezes, e de maneira eficiente, a linha de Crédito Rural do Banco do Brasil, por exemplo, onde a terra entra no contrato como garantia de pagamento, como em outras instituições financeiras. Esta garantia de pagamento, com a penhora da terra, levou à desterritorialização de algumas famílias, e a redução do patrimônio de outras. Por este motivo, a emancipação também é vista no assentamento como uma forma de “pressão” para que as terras tenham outra destinação, diferente da exploração camponesa,

considerada por muitos que defendem o agronegócio como uma forma atrasada e pouco eficiente/produzida de agricultura.

Então o que que foi feito, a Primavera foi desapropriada, né? “na bala”, por tensão social, houve morte, houve briga, mas emancipou imediatamente que era pra nós perde as terras, e o INCRA fez uma propaganda enorme da Primavera dizendo que era um projeto modelo, que servia de modelo pro Brasil inteiro, foi na Globo, colocou na mídia e tal. Mas de repente já pegou nossos títulos, levou no Banco do Brasil, falou: “vocês já podem ir lá pegar dinheiro”. Só pra você ter uma ideia, a Primavera tinha, o nosso administrador, quem dava assistência técnica pra nós era um assistente social. Agora você imagina, você acha que um assistente social pode fazer isso? (ENTREVISTA COM ASSENTADO, JULHO DE 2013).

Esta fala pertence a uma das lideranças do período de luta contra a exploração e expropriação das famílias, defendendo que o título definitivo de propriedade não contribuiu com o desenvolvimento das atividades produtivas e com uma condição de autonomia para maior parte das famílias, vinculadas a outra cadeia de relações, que envolve as atividades agrícolas no modo de produção capitalista. Segundo a liderança, “o governo titular as famílias, ele tá dando uma arma engatilhada pra acabar com a reforma agrária, porque o título definitivo dá direito da pessoa vender a terra, fazer o que quiser dessa terra, então é o fim da reforma agrária”. A fala de um dos funcionários do ITESP, que mora na Fazenda Primavera e também contribui com serviços de assistência às famílias, também é clara neste sentido:

Eu acho inviável, porque ele com o título, ele vai acabar ou arrendando pra usina, e vai vir arrendando, vendendo, e vai acabar voltando para a cidade. Sendo que eu acho que hoje, a princípio, a ideia não é essa, a ideia é para o agricultor tá lá na propriedade, morar, trabalhar, explorar e sobreviver daquilo lá né... aí o que acontece, ele vai arrendar, vai receber uma renda lá mensal, e vai vivendo. (ENTREVISTA COM ASSENTADO E TÉCNICO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO, JULHO DE 2013).

O oferecimento de assistência técnica adequada aos propósitos camponeses de produção de alimentos saudáveis e reprodução de seu modo de vida tem caráter fundamental nas possibilidades de permanência das famílias e manutenção do território, pois assegura um tipo de orientação realizada por pessoas confiantes de que este modelo é o mais apropriado para garantir o bem-estar da sociedade e das famílias assentadas. A falta de profissionais e de instituições comprometidas com esta visão é um dos “gargalos” que dificultam o desenvolvimento das famílias. Como foi possível observar em um destes depoimentos, a questão da assistência técnica inadequada foi um dos problemas enfrentados pelas famílias, que explicam que demoraram a ter um agrônomo para assisti-los no assentamento.

Resistência no campo: condição atual das famílias

Ao considerar e analisar os problemas históricos enfrentados pelos camponeses na Fazenda Primavera e o modo como se configura a questão agrária neste território, refletindo sobre os porquês da reconcentração da terra com a venda e/ou arrendamento dos lotes, precisamos analisar e enfatizar também as formas de resistência das famílias que se mantêm produzindo, como no caso do arrendamento parcial, refletindo sobre os fatores responsáveis por sua permanência.

Neste sentido, buscamos entender como parte das famílias se organizou para amenizar seus problemas em diversos campos, como o social, político e econômico, por exemplo, buscando soluções para os “gargalos” que dificultam seu desenvolvimento. Para isso trataremos de temas como estrutura familiar, infraestrutura disponível nos lotes,

participação em associações e sindicatos, oferta de assistência técnica, dentre outras questões.

Mais da metade das famílias entrevistadas na pesquisa é proveniente do estado de São Paulo, chegando a 57% do total. Mesmo não sendo um número expressivo, é importante salientar que algumas famílias entrevistadas não eram pioneiras, ou seja, tinham comprado o lote de terceiros, negócio que envolveu normalmente famílias de municípios da região. Este fato talvez explique o grande número de famílias paulistas. Com relação às demais famílias entrevistadas, cinco são mineiras, uma é de origem paraense e as doze restantes são de estados nordestinos, como Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Ceará.

Considerando apenas o casal titular do lote, os chefes da família, os paulistas são os que têm menor média de idade, com 59 anos. Os nordestinos e mineiros apresentam números parecidos, 68 e 69 anos de média, respectivamente. Isto demonstra que algumas famílias paulistas entraram posteriormente na terra, pois, normalmente, os que fizeram este tipo de negócio são casais mais jovens. Considerando todas as famílias entrevistadas, a média de idade dos chefes da família (casal titular), fica em 64 anos.

Segundo pesquisa realizada pelo ITESP, em 1999, entre os titulares dos lotes, 66% tinham idade acima de 51 anos, e 34% estavam entre os 21 e 50 anos. Passados 15 anos, os mesmos 66% estão hoje com idade acima de 66 anos, e os outros 34% estão entre 36 e 65 anos. Somente 10,5% tinham idade inferior a 40 anos em 1999, o que hoje significa 55 anos. Segundo o estudo, estes chefes de família com menos de 40 anos, em 1999, devem se tratar de pessoas que adquiriram a terra de outros assentados após a implantação e titulação dos lotes. “Tal afirmação pode ser feita tendo em vista que as pessoas nesta faixa teriam no máximo 22 anos no início do projeto e, na época, a idade mínima para obter a titularidade era de 22 anos” (ITESP, 2005, p. 149).

A média de integrantes das famílias entrevistadas é de quatro pessoas, contudo, existem as famílias que moram em cerca de oito pessoas, e muitas onde restou apenas o casal pioneiro, normalmente de mais idade, o que fez a média chegar a este número elevado. Muitos integrantes trabalham em Andradina e nas cidades vizinhas, e outros tantos trabalham nas usinas de cana e na Citroplast. Encontramos ocupações como professores, funcionários da prefeitura, empregadas domésticas/diaristas, veterinários, e principalmente, operadores de máquina nas usinas de cana e na Citroplast. Levantamos que destes integrantes, os que continuam no território são principalmente os que trabalham nas usinas, incluindo esta última.

Na implantação do projeto, as parcelas de terra foram divididas de acordo com o número de integrantes das famílias, ou seja, as famílias com mais de cinco pessoas ficaram com uma média entre 15 e 20 alqueires, enquanto as com menos integrantes ficaram com cerca de 10 alqueires, outras com ainda menos. As próprias famílias exigiram do INCRA esta forma de divisão dos lotes, pois consideravam mais justo. A infraestrutura dos lotes é bem diversificada, não existem muitos padrões no modo como produzir, o que aponta um processo de diferenciação interna entre os agricultores.

Verificamos que 90% das famílias entrevistadas possuem o lote dividido por piquetes, o que demonstra que a produção do leite e criação de bezerros é bem significativa no território. A maioria das famílias possuem mangueiras para as atividades com o gado leiteiro, que algumas chamam de curral, chegando a 86%. Quanto às instalações para as máquinas, equipamentos e insumos utilizados, 66% disseram que possuem um “barracão” para organizar os materiais. Quanto à estrutura hídrica, 59,5% dispõem de abastecimento por meio de poço artesiano ou semi-artesiano, e 62% contam também com a cacimba, ou “poço comum”. Contudo, algumas famílias utilizam poços artesanais em conjunto. Em um dos lotes encontramos um açude, em outro uma boa estrutura de irrigação, onde também desenvolvem a criação de peixes (tilápias) em tanque artesanal. Foi possível encontrar diversas instalações, algumas bem rústicas, outras mais elaboradas, para a criação de porcos e galinhas, em 59,5% e 45% dos lotes, respectivamente.

Quanto às máquinas e equipamentos disponíveis, foi muito comum encontrar famílias que utilizam apenas os serviços da prefeitura de Andradina para as atividades como “tombar a terra” para o plantio, por exemplo, cedendo apenas o óleo combustível como

forma de contribuição. Em algumas ocasiões também é cobrado por hora de trabalho da máquina. Das famílias entrevistadas, 38% possuem trator, o restante, 62%, utilizam os serviços da prefeitura. Destas últimas, muitas ainda trabalham com sistema de tração animal, com ferramentas próprias de complemento, como grade e arado, ou “tombador”.

Como já mencionamos, os recursos públicos para o desenvolvimento das atividades produtivas, como políticas de crédito agropecuário, foram praticamente nulos no caso destas famílias, por não se tratar de um projeto comum de assentamento, o que na prática deu um caráter de “regularização fundiária” para o processo, por envolver famílias que já se encontravam na terra e a entrega imediata do título de propriedade. Neste sentido, os recursos da previdência social, como aposentadorias, pensões, auxílios doença, dentre outros, são fontes estratégicas de renda para boa parte das famílias, em função das dificuldades encontradas ao longo dos anos em desenvolverem-se como produtores dinâmicos financeiramente. No estudo de Carvalho (2013), que analisou vários indicadores socioeconômicos nos assentamentos da microrregião de Andradina, fica clara a importância destes recursos:

Nos diversos relatos feitos através das entrevistas, os assentados destacaram a importância desses benefícios para suprir suas necessidades, já que a renda proveniente dos lotes é insuficiente e as condições de pobreza nos assentamentos serem de visibilidade expressiva. (CARVALHO, 2013, p. 134).

Em outro ponto, o mesmo estudo destaca o que consideramos mais próximo do que tem acontecido no Assentamento Fazenda Primavera, utilizando-se do pensamento de um segundo autor:

Biolchi (2002), por sua vez, ressalta que a Previdência Social contribui para evitar o êxodo de muitos agricultores familiares, uma vez que a estrutura familiar e o contexto em que essa se encontra inserida é que vão determinar a permanência ou não no campo. Segundo o autor, as aposentadorias rurais representam uma estratégia de reprodução econômica de muitas famílias, mesmo que sirvam apenas para manter as atividades de subsistência e autoconsumo. (CARVALHO, 2013, p. 134).

Algumas famílias tiveram boa experiência com a busca por crédito privado, para outras o resultado foi negativo, com perda gradual da terra, como comentamos no tópico anterior. Em entrevista ao ITESP, um dos moradores afirma que “daqueles coitadinhos que não tinham noção do que era entrar num banco, não ficou um. O banco tomou tudo, até trator. Então o INCRA não deu assistência. A energia fomos nós que puxamos. Furamos também poço. E é assim até hoje” (ITESP, 2005). Portanto, em algumas ocasiões o crédito rural do Banco do Brasil foi utilizado pelas famílias, que também se envolveram com cooperativas para este fim. Observamos casos de famílias em dívida até hoje com cooperativas que já foram desativadas, com registro até de falência.

As famílias buscam formas de organização para conseguirem melhorias. Existiu uma associação dos agricultores do Assentamento Fazenda Primavera que disponibilizava maquinário agrícola, “Associação 8 de julho”, que foi extinta por má administração, em função do sumiço repentino dos equipamentos, segundo os próprios assentados. A crítica é unânime entre as famílias, que contam que era de grande valia para o desenvolvimento das atividades. Todas as famílias entrevistadas participaram do projeto, e todas tem uma visão negativa do modo como foi administrada. O mistério permanece até hoje entre elas.

A maioria das famílias entrega o leite para Cooperativa Agropecuária Primavera (Coprma), administrada pelo MST em Andradina, que também realiza parcerias com o ITESP para fins de capacitação dos produtores assentados da região. Em uma destas parcerias, o objetivo foi incentivar o plantio da cana para fins forrageiros, contribuindo na alimentação do rebanho leiteiro na época seca do ano, quando a escassez de alimento passa a ser um fator limitante para produção de leite. “Os produtores tiveram a oportunidade de aprender as técnicas corretas para o bom preparo do solo, plantio, sulcamento,

espaçamento, adubação e controle de pragas, e a sua utilização na dieta animal” 20. Outras cooperativas também são citadas pelos moradores, como a Cacetupi, de Tupi Paulista. Algumas famílias também entregam o leite para laticínios, como o Laticínio Jussara.

A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina foi o tipo de contribuição mais citada no encaminhamento de serviços essenciais como dentista, médico, e serviços burocráticos como previdência social e direitos trabalhistas. Todavia, algumas famílias alegam que nunca tiveram contato. O ITESP mantém um local de reuniões na sede comunitária do Fazenda Primavera, onde as famílias discutem assuntos diversificados, como os problemas relacionados ao avanço do agronegócio e outros temas envolvendo a necessidade de melhorias no processo produtivo.

Na Fotografia 2 podemos identificar um dos chamados a estas reuniões, onde serão discutidos temas como a nova Lei de qualidade do leite, as demandas essenciais das famílias como o acesso a médicos veterinários e a possibilidade de participação no programa do governo federal “Minha casa minha vida”. Não levantamos a informação da regularidade com que estas reuniões acontecem, mas compreendemos sua relevância para buscar soluções para os principais problemas da comunidade.

Fotografia 2 – Convocação de reunião no PA Primavera



Fotografia: SANTOS, R. O. C.

As formas de resistência também envolvem o nível de instrução das pessoas envolvidas. Verificamos que as mais instruídas conseguem identificar melhor as contradições que envolvem suas atividades cotidianas, que envolvem sua própria história e existência no território, que envolvem sua relação com as instituições públicas e os interesses privados. Não levantamos na pesquisa o nível de escolaridade dos moradores, apenas especulamos durante as entrevistas. Contudo, segundo o ITESP,

O nível de escolaridade no Assentamento Fazenda Primavera é reduzido, tendo 35,5% da população o Ensino Fundamental completo, e apenas 10,3% o Ensino Médio. O analfabetismo apresenta um índice bastante

²⁰ Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/noticias/ntc_332.aspx Acesso em: 25/11/2013.

elevado (19%) superando a média estadual dos assentamentos, de 9,65%. Há entre os moradores 5 pessoas com o Ensino Superior completo (0,58%), e 24 pessoas estão na fase pré-escolar (2,78%). (ITESP, 2005, p. 149).

Existe uma importante escola no Fazenda Primavera, Escola Estadual João Carreiro (ver figura 7), com boa infra-estrutura disponível. Possui quadra de esportes coberta, internet banda larga, laboratório de informática, sala de leitura, computadores, impressoras, alimentação escolar para os alunos, energia em rede pública, sanitários dentro do prédio, dentre outros benefícios. O que preocupa é a evasão dos alunos, ou melhor, a diminuição crescente da demanda por novas matrículas, que faz com que vários moradores do Fazenda Primavera acreditem que o quadro caminha para o fechamento da escola. Segundo os assentados, a escola esta com cerca de 20% de sua capacidade.

Figura 7 – Montagem de fotografias: Escola Estadual “João Carreiro”



Fotografia/Org: SANTOS, R. O. C.

O fato é que os moradores da Fazenda Primavera estão mais envelhecidos do que o observado nos outros assentamentos da região. Muitos dos filhos estão “tocando a vida” na cidade, outros conseguiram terra em outros assentamentos, como é o caso do Projeto de Assentamento Belo Monte, onde residem muitos dos “filhos do Primavera”, segundo as famílias. A escola João Carreira tem passado por um momento de crise em função do acúmulo destes fatores, o que tem sido pauta de discussão entre os moradores.

As famílias que se mantêm produzindo têm buscado formas de resistência, mas o conjunto de problemas descritos neste trabalho tem minado as perspectivas de sucesso financeiro nas atividades produtivas, pois a renda baixa ainda é a principal queixa dos moradores. O preço dos alimentos produzidos pelos camponeses praticado no mercado tem incomodado e desanimado muitas famílias, que optam pelo arrendamento de parcela da terra para o complemento financeiro. Portanto, a titulação definitiva da terra, em consonância com fatores como a deficiente oferta de políticas e recursos estatais para a agricultura familiar, a valorização crescente das terras no mercado, a idade avançada dos chefes de família e evasão dos mais jovens, somados aos mecanismos de cooptação das usinas, dentre outros fatores, tem gerado desdobramentos que tem resultado em uma situação crítica de reconcentração da terra.

As metas e formas de ação das usinas

Após ouvir as famílias, colhemos informações nas próprias usinas, para compreendermos como atuam e quais seus objetivos em relação à expansão da cana na região onde estão territorializadas. Conversamos com funcionário responsável por administrar as áreas já plantadas e pela expansão sobre as novas, aptas a receber a

cultura. Reunimos algumas informações importantes. Visitamos a usina Viralcool (ver figura 8), a que mais negocia com as famílias do Primavera, localizada no município de Castilho.

Como toda empresa, a usina coloca a lucratividade e produtividade a frente de suas decisões. Para isso, trabalha para que a expansão das áreas plantadas funcione num “sentido correto”, que segundo eles está relacionado à busca de terras com boa fertilidade, baixa declividade e boa localização. Portanto, com a proibição das queimadas e consequente extinção do corte manual da cana, a empresa procura expandir-se em regiões mais aptas a mecanização completa do processo produtivo, e de acordo com a usina, a região de Andradina se enquadra bem nestas características.

Segundo nosso levantamento, a empresa tem como objetivo expandir-se apenas dentro dos limites estaduais, e num raio aproximado de 40 km a partir de suas instalações. Este raio abrange toda a extensão do Assentamento Fazenda Primavera, o que possivelmente tenha levado algumas famílias a “denunciar” a voracidade com que atuam na obtenção de novas áreas naquele território.

Figura 8 – Montagem de fotografias: instalações da usina Viralcool, no município de Castilho



Fotografia/Org: SANTOS, R.O.C.

Quanto às negociações com as famílias, levantamos o seguinte depoimento:

[...] isso acontece diariamente, sempre, sempre tem negócios, compras, vendas, isso é normal na região. Geralmente as pessoas ligam, entram em contato, ou por meio de vizinhos, vão entrando em contato, a gente às vezes vai até eles fazer uma visita... a gente vai, dá uma analisada, vê como que tá, se tem condições de tá tendo a cultura da cana, e começa a fazer a negociação. Ou eles vedem, ou entram em parceria.

Como já abordamos ao longo do texto, as usinas se utilizam de “mecanismos” diversificados no processo de convencimento das famílias, como a oferta de empregos com

registro em carteira. Segundo alguns assentados, existem técnicos dos órgãos (institutos de terra) responsáveis pelos serviços de assistência às famílias que também aconselham a venda ou arrendamento do lote. Outra questão importante é que, nos contratos de parceria rural, as famílias não souberam responder se há algum tipo de fiscalização por algum representante das famílias no momento de pesagem da cana produzida no lote, que ocorre na própria usina. Segundo a usina, os contratos de parceria rural não são arrendamentos, mesmo que o termo seja usual, porque “quando você arrenda você tem uma renda fixa ou variável mensal, e parceiro você tem parte da produtividade”. Ainda segundo a empresa, a quantidade da produção que fica com a família depende de alguns fatores:

Depende do tipo de solo, do que você vai ter que gastar para preparar aquele solo, o que você vai ter que fazer de investimento, que às vezes o cara tem lá uma agricultura de Eucalipto, tem que arrancar, “destocar”, então você tem um custo alto nisso daí, então isso que define o valor da parceria, a porcentagem da parceria.

Notamos durante as entrevistas que alguns moradores não fazem uma análise apropriada sobre os contratos que firmam, como no caso de não questionarem se a pesagem é acompanhada da maneira correta. A renda superior em relação a anterior lhes parece argumento suficiente para a renovação por mais safras. Sobre o tempo médio que as famílias mantêm os contratos em vigência, e se as famílias encerram o contrato após certo período, tivemos a seguinte resposta:

Olha, nunca aconteceu de a gente devolver ao proprietário, porque geralmente renova por mais um ciclo, mais dois ciclos, ele não sai da atividade, você entendeu... aquelas que o prazo de validade foi chegando no limite, elas se renovaram, então hoje não temos nenhuma que falasse assim: venceu e agora a gente quer a área, que a gente vai plantar outra cultura, alguma outra espécie aí, alguma outra coisa..não, até hoje nós não tivemos isso. (ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIO DA USINA, NOVEMBRO DE 2013).

Foi possível identificar na fala do funcionário da usina que a situação hegemônica que o agronegócio da cana tem apresentado na região se assemelha à condição de outras atividades agropecuárias em outros períodos da história brasileira, como o próprio café, o algodão e a pecuária no estado de São Paulo. “Hoje o negócio é cana, mas já foi pecuária, já foi muitas outras coisas”. Deste modo, ele parece legitimar a expansão da cana a partir de uma análise na qual a demanda dos mercados nacional e estrangeiro pela gramínea é suficiente para dar continuidade ao movimento de territorialização massiva no Noroeste do estado, independente das formas equivocadas de uso social dos recursos naturais.

A intenção de emancipar precocemente os assentamentos rurais, conteúdo incorporado ao discurso do capital agrário quando o assunto é a destinação das terras da reforma agrária, tem como “pano de fundo” a concreta possibilidade de disputar estas áreas para a expansão do agronegócio. O agronegócio tem investido sua expansão em uma diversidade de territórios, e atuado em todas as instâncias do Estado com o objetivo de naturalizar seu modelo como o mais apropriado ao suprimento das demandas essenciais ao bem-estar da população. Simultânea e contraditoriamente, muitos estudos tem o apontado seu efeito destrutivo e concentrador, resultando em comunidades quebradas, doentes, contaminadas e sem perspectivas de futuro.

Considerações finais

O modelo do agronegócio precisa ser repensado, ou mesmo suprimido se entendemos que o processo produtivo deve satisfazer as condições necessárias à saúde da vida humana e não os interesses que envolvem acumulação de poder e riqueza nas mãos

de poucas pessoas ou grupos. O poder de decisão sobre assuntos essenciais à garantia desta vida saudável precisa ser mais compartilhado, como a busca por soberania na produção de alimentos, o que significa uma mudança qualitativa profunda neste modelo de sociedade.

Levando em conta a disputa de classes que atravessa o Estado, com seu poder de ação e transformação da realidade socioeconômica, mas também de manutenção da ordem hegemônica estabelecida, ele também pode funcionar para consolidar, simultaneamente ao agronegócio, uma estrutura de poder e de ação capaz de atender parte das demandas dessa agricultura de pequena escala, que tem seu foco na produção de alimentos, pois “uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema hegemônico” (FERNANDES, 2013, p. 22). Alguns programas e políticas instituídos nos últimos anos vão nesta direção, e tem buscado amenizar a correlação de forças, que claramente favorece os interesses do agronegócio. Fernandes (2013, p. 58) considera que as políticas públicas assumem um caráter emancipatório, quando “elaboradas de baixo para cima”, ou de subordinação, quando elaborada de cima para baixo, “e esta condição esta diretamente relacionada com o desenvolvimento do país” (p. 22).

A autonomia ao desempenhar as atividades produtivas, conceito tão caro ao campesinato, precisa estar no centro do debate pelos sujeitos que elaboram as políticas públicas. É arriscado relacioná-la apenas à propriedade privada da terra, pois vivemos em uma economia de mercado que praticamente coordena as decisões a serem tomadas pelos produtores minimamente inseridos e competitivos, independente da escala de suas atividades produtivas. De acordo com Abramovay (1992, p. 127/128), “os mecanismos de preços adquiriram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social [...]”.

O caso do P. A. Fazenda Primavera demonstra a condição de fragilidade de muitas famílias “inseridas competitivamente no mercado”, ao passo que a inserção completa das famílias nos mercados de terra, trabalho e crédito, pode torná-las vulneráveis em suas estratégias para resistir e produzir. Algumas obtêm sucesso e se adaptam melhor às cadeias produtivas do capital, outras são simplesmente excluídas do processo produtivo.

Por fim, é importante ressaltar que o acirramento da disputa entre agricultura camponesa e agronegócio pela legitimação e consolidação de modelos de desenvolvimento com orientações produtivas distintas, confere ao território importância definitiva na configuração das relações de poder capazes de modificar o direcionamento das políticas públicas, e principalmente de determinar se a renda da terra irá servir ao lucro e acumulação capitalista ou à manutenção das famílias camponesas como produtoras de alimento. De acordo com Oliveira (2004, p. 54), o território é o “efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”, sendo assim, o avanço do capital no campo é o efeito de uma configuração de poder desigual em favor das empresas do agronegócio, como as usinas do setor sucroenergético, que operam no processamento da cana-de-açúcar.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ARRUDA, Roldão; TOMAZELA, José M. **Assentados vendem terra ao agronegócio**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 23 fev. 2014. Política, A12.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CARVALHO, Horácio M. Encontro para articulação agrária e ambiental – notas para exposição sobre a questão agrária. In: **Convergências entre as temáticas agrária e**

ambiental no Brasil. Orgs: Comitê Brasil de Defesa das Florestas; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Brasília, 2013.

CUBAS, Tiago E. A. **São Paulo agrário: representações da disputa Territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2012.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** 1ª ed. Brasília DF: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.

DE PAULA, Lourival P. **A territorialização camponesa na região de Andradina.** Monografia (Graduação em Geografia). Cátedra UNESCO de Educação no Campo e Desenvolvimento Territorial. FCT-Unesp, Presidente Prudente, SP, 2012.

FERNANDES, Bernardo M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, SP, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Tese (Livre Docência) - vol.1 -; Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, SP, 2013.

FERNANDES, Maria Esther. **A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera.** Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

HESPANHOL, A. N.; COSTA, V. M. H. M.; ESPÍRITO SANTO, C. R. Os assentamentos e os reassentamentos rurais na região de Andradina-SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M; FERRANTE, V. L. S. B. (Orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Campinas-SP: FEAGRI/UNICAMP/UNIARA/INCRA, 2003. p. 105-124.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** [Tradução de C. IPEROIG]. 3ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert. S.A., 1968.

MACHADO, M. R. I. Melo; ALBUQUERQUE, M. Z. A; **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana:** transformações fundiárias para perpetuação das relações de poder. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 16, número 22, p.111-126, jan/2013.

MARTINS, José. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 5ª Edição. 1981.

MARX, Karl. **O capital, Tomo 1.** Edição resumida por Julian Borchardt. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **A História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDONÇA, M. L; PITTA, F. T; XAVIER, C. V. **A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial.** Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Outras Expressões, 2012. Disponível em:

http://www.social.org.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=3&Itemid=7. Data de acesso: 02/11/12.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PASCUAL, Francisco G. **El ajuste estructural en el setor agrario latinoamericano en la era de la globalización**. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. Amsterdam, n. 75, octubre, 2003. p. 3-29.

PEREIRA, João M. M. **A política agrária do Banco Mundial em questão**. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 20, n. 57, 2006. p. 355-383.

PEREIRA, Monica C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da Educação no Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SÃO PAULO. **Vozes da terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

STÉDILE, João. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1997.

TEIXEIRA, Gerson. Questões agrária e ambiental: um elo vital. In: **Convergências entre as temáticas agrária e ambiental no Brasil**. Orgs: Comitê Brasil de Defesa das Florestas; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Brasília, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**, vol. 5, número 10, Uberlândia, 2010.

VILAS, Carlos M. Imperialismo, globalización, império: las tensiones contemporáneas entre la territorialidad del Estado y la desterritorialización del capital. **Revista Política y Sociedad**, v. 41, n. 3. Madrid, 2004. p.13-34.

Recebido para publicação em 28 de janeiro de 2014

Devolvido para revisão em 07 de julho de 2014

Aceito para publicação em 21 de agosto de 2014